



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – Ata da 103ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental Noroeste de Minas. Realizada em 19/11/2020 (dezenove de novembro de dois mil e vinte), às dez horas, por meio de videoconferência, conforme condições estabelecidas pela deliberação conjunta COPAM/CERH-MG nº 19/2020.**

1 Aos dezenove de novembro de dois mil e vinte, às dez horas, por meio  
2 de videoconferência, conforme condições estabelecidas pela  
3 deliberação conjunta COPAM/CERH-MG nº 19/2020, de 24 de abril de  
4 2020, realizou-se a Centésima Terceira Reunião Extraordinária da  
5 Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, do Conselho Estadual  
6 de Política Ambiental – COPAM. Estiveram presentes os seguintes  
7 membros: O Presidente Suplente Ricardo Rodrigues de Carvalho, da  
8 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
9 Sustentável (SEMAD); Representantes do Poder Público: Álvaro de  
10 Moura Goulart, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
11 Abastecimento - SEAPA ; Benigno Antônio Oliva Santos, da Secretaria  
12 de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; Geraldo  
13 Wellington Mota, do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste  
14 de Minas Gerais – IDENE; Hélio da Silva Mota, da Secretária de  
15 Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA; Renato Jacomo  
16 Manzan, da Empresa de Pesquisa e Agropecuária de Minas Gerais –  
17 EPAMIG; Antônio Marcos de Freitas Monteiro, do Instituto Mineiro de  
18 Agropecuária – IMA; 2º Ten. Marcos Paulo Dias Oliveira, da Polícia  
19 Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG; Luiz Mendes Soares, do  
20 Conselho regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais -  
21 CREA/MG; Atháide Francisco Peres Oliveira, do Ministério Público de  
22 Minas Gerais – MPMG; Cátia Regina de Freitas Rocha, da Prefeitura  
23 de Unaí. Representantes da Sociedade Civil: Helberth Henrique Raman  
24 do Vale Teixeira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas  
25 Gerais – FIEMG; Ediene Luiz Alves, da Federação da Agricultura e  
26 Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Vanessa Miriany Alves  
27 Luiz, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do  
28 Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Adaiane Pereira de Souza,  
29 da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais –  
30 SIAMIG; Wender Antônio de Oliveira, da Faculdade de Ciências da  
31 Saúde de Unaí – FACISA; Luiz Alberto Dolabela Falcão, da  
32 Universidade Estadual de Montes Claros - Campus Unaí -  
33 Unimontes/Campos Unaí; Rafael Lopes Napp, da Ordem dos



34 Advogados do Brasil - OAB/MG. **Assuntos em pauta. 1. EXECUÇÃO**  
35 **DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Ricardo Rodrigues de  
36 Carvalho: “Bom dia a todos, bom dia a todos os presentes aqui na sala  
37 *Zoom* da reunião da URC Noroeste, bom dia a todas as pessoas que  
38 nos acompanham pelo canal do *YouTube*. A gente já tem o quórum  
39 suficiente para a abertura da reunião. Pauta da 103ª Reunião  
40 Extraordinária da Unidade Regional Colegiada do Noroeste de Minas  
41 (URC NOR) do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM,  
42 que está sendo realizada no 19 de novembro de 2020, às 10h. Nesta  
43 ocasião, excepcionalmente através do endereço virtual disponibilizado  
44 na pauta. Vou convidar a todos neste momento para a execução do  
45 Hino Nacional Brasileiro.” **2. ABERTURA PELA SECRETÁRIA**  
46 **EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA**  
47 **AMBIENTAL (COPAM) E PRESIDENTE DA URC NOR, ANA**  
48 **CAROLINA MIRANDA LOPES DE ALMEIDA.** Presidente Ricardo  
49 Rodrigues de Carvalho: “Dando sequência à nossa reunião, abertura  
50 pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental  
51 (COPAM) e Presidente da URC NOR, Ana Carolina Miranda Lopes de  
52 Almeida. Peço licença aqui para ler o memorando enviado pela  
53 SEAPA, que possui o seguinte conteúdo: “Senhores Conselheiros,  
54 diante da impossibilidade de comparecimento do titular e do primeiro  
55 suplente, representantes do SISEMA, junto à URC NOR de Minas  
56 Gerais, conforme composição estabelecida pela Deliberação COPAM  
57 nº 1560, de 6 de abril de 2020, indico o senhor Ricardo Rodrigues de  
58 Carvalho para presidir a 103ª Reunião Extraordinária da URC NOR que  
59 será realizada no dia 19 de novembro de 2020, às 10h, inteiramente  
60 digital, seguindo as deliberações do comitê extraordinário COVID-19,  
61 além das demais normas relacionadas às ações de combate à  
62 pandemia gerada pelo novo Coronavírus”. Portanto, desta forma, eu  
63 declaro, mais uma vez, um bom dia a todos, e declaro aberto a nossa  
64 reunião da 103ª Reunião Extraordinária da URC NOR. Eu vou passar  
65 agora a uma carta de abertura com algumas orientações. “Prezados  
66 senhores e senhoras que nos acompanham ao vivo pelo *YouTube*,  
67 bom dia. Considerando o momento desafiador que estamos vivendo,  
68 gerado pela pandemia do novo Coronavírus, a SEMAD publicou no dia  
69 24 de abril, a deliberação conjunta COPAM/CERH nº 19/2020,  
70 suspendendo as reuniões presenciais do COPAM e do CERH-MG, sem  
71 previsão de retorno, como uma das ações de combate à propagação  
72 deste vírus. Considerando que a mesma norma, em seu Artigo 2º,  
73 determinou que a Secretaria Executiva do COPAM e do CERH  
74 envidasse os esforços necessários para realização das reuniões das



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

75 URCs com tecnologia remota, dou às boas-vindas aos senhores  
76 Conselheiros que tomarão posse hoje para exercerem o mandato desta  
77 URC NOR de Minas Gerais para o biênio 2020/2022. Aproveito este  
78 momento de abertura para dar as orientações gerais sobre como será  
79 feito o andamento e encaminhamento desta reunião, uma vez que este  
80 formato via videoconferência é uma novidade e um desafio, não  
81 apenas para os senhores Conselheiros, mas para todos nós. Como já  
82 foi passado a todos pelo Manual do Conselheiro, e também para  
83 aqueles que puderam participar da reunião de treino realizada com a  
84 equipe do Núcleo de Órgãos Colegiados no dia 17 de novembro,  
85 anteontem, para solicitar a palavra é necessário levantar a mão, mas  
86 não fisicamente, e sim a mão virtual, que existe dentro do aplicativo de  
87 videoconferência que estamos utilizando. Peço a todos que  
88 identifiquem e ativem este recurso neste momento. Conforme o  
89 treinamento, peço a todos que identifiquem e ativem o recurso da  
90 mãozinha que está disponível no aplicativo de videoconferência para  
91 uso dos Conselheiros. Para aqueles que participam pelo computador,  
92 esse recurso é ativado no canto inferior direito, na lista de participantes,  
93 clicando no botão *raise hand*. Se o aplicativo dos senhores estiver em  
94 inglês, esse botão. O recurso será ativado no canto inferior direito da  
95 lista de participantes clicando no botão *raise hand*, que em português  
96 significa levantar a mão. Para os que participam pelo smartphone, esse  
97 recurso é ativado clicando no botão *raise hand* no menu que é aberto  
98 após clicar no botão mais, no canto inferior direito da tela. Uma vez que  
99 a palavra foi solicitada, eu vou conceder a palavra ao Conselheiro e  
100 neste momento ele deve abaixar a mão virtual, apertando o botão *lower*  
101 *hand*, ou abaixar a mão, em português, localizado no mesmo local do  
102 aplicativo onde ele anteriormente clicou em *raise hand*, ou levantar a  
103 mão. Peço que desativem a mãozinha virtual agora, se alguém tiver  
104 com essa ferramenta ativada, peço que desativem agora. Esse  
105 procedimento está sendo adotado para evitar tumultos, com vários  
106 Conselheiros se manifestando ao mesmo tempo, ainda que sem a  
107 intenção de fazê-lo. Inclusive para evitarmos ruídos externos e  
108 microfônias, os Conselheiros que não marcarem a mão virtual estarão  
109 com seus microfones silenciados pelo nosso moderador da  
110 videoconferência, então a questão de deixar sempre o microfone  
111 desligado é importante para evitarmos microfonia e melhorarmos a  
112 qualidade da reunião. Não se preocupem, eu garanto a vocês que  
113 estarei permanentemente de olho na lista de pessoas com a mão  
114 levantada. Garanto também que essa reunião será conduzida com  
115 muita calma e sem pressa, de forma que ninguém deixará de se



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

116 manifestar em nenhum momento. Sempre seguindo nosso Regimento  
117 Interno, portanto, precisaremos que todos aguardem com calma,  
118 tranquilidade e paciência à sua vez de falar. No momento da leitura da  
119 pauta, após os comunicados dos Conselheiros e assuntos gerais, eu  
120 farei uma pausa ao terminar a leitura de cada item de pauta, verificarei  
121 quem está com a mão levantada virtualmente e concederei a palavra  
122 para aqueles que a solicitaram, para que apresentem seus pedidos de  
123 vistas, destaques e demais manifestações pertinentes no momento da  
124 reunião. Os senhores devem ter notado que nós temos como item de  
125 pauta para deliberação do conselho apenas o item 9.1. Então nesse  
126 sentido a gente vai ter tranquilidade para discussão, levantamento de  
127 dúvida ou apontamento do Conselheiro ou de algum inscrito para falar  
128 sobre o item 9.1, que é o item para deliberação colocado aos senhores  
129 nesta pauta de hoje. Após a leitura da pauta, aqueles processos que  
130 não tiverem pedidos de vistas, destaque e nem inscritos serão  
131 colocados em votação em bloco. É importante destacar que, como já  
132 me referi, nós só um item, item 9.1, e, portanto, a gente não vai chegar  
133 a essa situação de votação em bloco, porque o processo é único. E  
134 diferentemente do que estamos habituados a fazer, a votação será  
135 individualizada, chamarei cada Conselheiro presente na reunião, pela  
136 ordem da Deliberação 1557/2020, que descreve a composição e  
137 designação dos membros deste conselho, e pedirei ao Conselheiro  
138 para se manifestar, devendo esse se identificar por nome, entidade que  
139 representa e proferir, e dizer o seu voto. Então peço aos senhores que  
140 neste momento identifiquem a entidade que representam, o nome e  
141 profiram o voto na forma que estará colocada na planilha que os  
142 senhores terão a visualização neste momento. Ao término da votação,  
143 após todos os Conselheiros já terem votado, aqueles que se  
144 absterem ou votaram contrário ao parecer único, serão chamados por  
145 este Presidente para justificarem os votos. Havendo, por parte do  
146 Conselheiro, a manifestação de voto favorável ao parecer emitido pelo  
147 SISEMA, que no nosso caso hoje inclusive o processo do item 9.1 é de  
148 apresentação da UFRBio Noroeste e terá os esclarecimentos  
149 necessários através dos colegas da regional Patos de Minas, havendo  
150 a concordância com o parecer não há necessidade da justificativa. As  
151 abstenções e votos contrários haverá necessidade conforme  
152 regimento. Após este momento, passaremos para os itens que não  
153 houveram destaque e nem pedido de vistas, mas houveram inscritos.  
154 Cabe aqui ressaltar para conhecimento de todos que as inscrições que  
155 estão sendo feitas via formulário virtual e disponibilizado no *site* da  
156 SEMAD e no *site* dos conselhos do COPAM E CERH, e também na





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

157 descrição do vídeo de transmissão ao vivo pelo *YouTube*. Esses itens,  
158 é importante a gente deixar claro, por mais que a nossa pauta esteja  
159 apenas com esse processo, para que os senhores tenham  
160 conhecimento da dinâmica que será imprimida nessas reuniões virtuais  
161 das URCs. A Secretaria Executiva entrará em contato com todas essas  
162 pessoas no aplicativo de *WhatsApp* ou por *e-mail*. Portanto, nos itens  
163 que houverem inscritos, será autorizada a entrada dos inscritos no item  
164 da pauta em voga no momento na nossa sala de videoconferência,  
165 sendo a autorização comunicada diretamente aos inscritos pela  
166 Secretaria Executiva para permitir o processo de entrada. Então  
167 naqueles processos em que a gente tiver inscrição para manifestação  
168 do empreendedor ou do seu advogado ou consultor, a nossa Secretaria  
169 Executiva através da equipe da Vânia, da ASSOC em Belo Horizonte,  
170 entrará em contato com essa pessoa via e-mail, via aplicativo que é  
171 colocado na ficha de inscrição em que esse particular preenche, a  
172 Secretaria Executiva vai entrar em contato para fazer a entrada no  
173 momento adequado do processo, com devida autorização da equipe da  
174 assessoria. No momento em que for dada a autorização para os  
175 inscritos entrarem na videoconferência, a reunião será pausada para  
176 darmos tempo suficiente para que todos consigam fazer o *login*. Essa é  
177 a questão da participação dos particulares que eventualmente vão  
178 fazer alguma observação, algum destaque em um item determinado da  
179 pauta, ok? Uma vez que todos tenham entrado, será concedida a  
180 palavra aos inscritos, por ordem de inscrição, para que possam fazer  
181 suas manifestações dentro dos prazos regimentares. É importante  
182 destacar que o prazo regimental para essa manifestação é de cinco  
183 minutos, prorrogável pelo Presidente por mais um, sendo que o  
184 Conselho, entendendo pertinente e necessário, poderá conceder a  
185 prorrogação deste prazo por mais cinco minutos, essa é uma palavra  
186 do Conselheiro. Uma vez que todos tenham entrado, será concedida a  
187 palavra aos inscritos por ordem de inscrição para que possam fazer  
188 suas manifestações dentro do prazo regimental. Caso existam dúvidas  
189 ou apontamentos pertinentes, debateremos e responderemos, como de  
190 praxe, e somente após tudo estar devidamente esclarecido nós  
191 passaremos para votação. Então essa parte é importante para que o  
192 nosso conselho de uma forma geral fique confortável, tenha suas  
193 dúvidas esclarecidas, e somente após esse conforto para os  
194 Conselheiros a votação será realizada, de forma nominal e individual,  
195 conforme já descrevi anteriormente, o processo da votação através da  
196 planilha que será projetada para os senhores. Por fim, passaremos  
197 para os itens de pauta nos quais foram feitos destaques. No momento



198 em que passarmos para um item que tenha destaque, os inscritos  
199 neste item de pauta serão autorizados a entrar na sala de  
200 videoconferência e passarão a acompanhar os debates aqui ao invés  
201 do *YouTube*. Nesse momento que o inscrito tem autorização para  
202 entrar na sala, ele sai do acompanhamento da nossa reunião pelo  
203 *YouTube* e passa a fazer o acompanhamento e fazer parte do debate  
204 dentro da nossa sala, junto ao conselho. Uma vez sanadas todas as  
205 dúvidas e esclarecidas todas as questões que porventura surgirem  
206 naqueles itens que foram feitos destaque, passaremos para o regime  
207 de votação, sendo este como já descrito, sempre nominal e  
208 individualmente. Creio que com essa explanação tenha ficado claro  
209 como será o andamento da nossa reunião. Se algum Conselheiro ainda  
210 tem alguma dúvida, levante a mãozinha. É um momento, pessoal, até  
211 para a gente fazer um teste da questão da ferramenta, do instrumento  
212 da mãozinha para manifestação dos nossos Conselheiros, então esse  
213 é o momento em que encerro as instruções iniciais da nossa reunião, e  
214 se algum Conselheiro tiver alguma dúvida, pode agora levantar a  
215 mãozinha virtual que será dada a palavra para que manifeste a sua  
216 dúvida. Vejo a mãozinha levantada do Luiz Falcão. Luiz é o nosso  
217 Conselheiro da UNIMONTES Campus Unaí. Pois não, Luiz, a palavra é  
218 sua.” Conselheiro Luiz Falcão: “Bom dia a todos e a todas, obrigado  
219 pelos esclarecimentos, Ricardo, acho que ficou bem claro tudo que a  
220 gente vai ter que passar nos processos. Só ficou uma dúvida aqui  
221 sobre o parecer dos processos que a gente vai julgar. Eles vão vir  
222 juntos com o *e-mail* da pauta ou teremos acesso de outra maneira para  
223 a gente ver esses pareceres antes da reunião?” Presidente Ricardo  
224 Rodrigues de Carvalho: “Bom dia, Luiz. Obrigado pela participação. Os  
225 pareceres são sempre disponibilizados com antecedência regimental.  
226 Então não se preocupe na dinâmica das nossas reuniões, e vocês  
227 receberam o parecer do nosso item de hoje, o único item de hoje é o  
228 item 9.1, em que vai ser julgado um processo administrativo para  
229 exame de recurso de indeferimento de intervenção ambiental. Eles  
230 foram disponibilizados com o tempo regimental e os senhores têm sim  
231 acesso antes do dia da reunião. Eles são disponibilizados e enviados  
232 via *e-mail*. Mais alguma dúvida? Luiz, ficou claro? Vamos em frente,  
233 então. Não havendo mais dúvidas, passamos ao próximo item da  
234 pauta.” **3. POSSE DOS CONSELHEIROS DA URC NOR (BIÊNIO**  
235 **2020/2022)**. Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Passamos ao  
236 item 3, a posse dos Conselheiros da URC NOR para o biênio  
237 2020/2022. Eu passo neste momento aqui então à leitura do termo de  
238 posse. Informo aos senhores que todos os termos foram enviados a



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

239 nossa assessoria, devidamente assinados, conforme requerido a cada  
240 um de vocês, então em relação a essa necessidade, a assinatura dos  
241 termos de posse já foram recebidos e estão confirmados. Então passo  
242 ao termo de posse dos membros da URC NOR do COPAM para o  
243 biênio 2020/2022. A deliberação COPAM nº 1557, de 6 de abril de  
244 2020, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais, caderno 1, Diário do  
245 Executivo, sessão Conselho Estadual de Política Estadual, COPAM, no  
246 dia 7 de abril de 2020, página 11, legitima os senhores Conselheiros  
247 Titulares e Suplentes representantes das entidades que compõem o  
248 segmento do poder público e das entidades de classe, para um  
249 mandato relativo ao biênio 2020/2022 nos termos do Artigo 15, inciso  
250 sexto, da Lei nº 21972, de 21 de janeiro de 2016, e Artigo 20 do  
251 Decreto nº 46953, de 23 de fevereiro de 2016. Assim, ficam os  
252 Conselheiros componentes da URC NOR cientificados do compromisso  
253 de desempenhar com probidade o exercício da função pública, e  
254 cumprir fielmente todos os deveres que lhe forem atribuídos em  
255 conformidade com a ética pública, a partir da data da assinatura deste  
256 termo de posse, sendo esta ação indispensável a ser realizada  
257 previamente para assumir a plena condição de representante legal  
258 para participação nas reuniões. Vou fazer uma pausa para informar aos  
259 senhores mais uma vez que todos os termos de posse dos  
260 Conselheiros foram recebidos devidamente assinados. Além disso,  
261 assume também todos os encargos do mandato no qual ora se investe,  
262 zelando pela defesa do meio ambiente como serviço relevante  
263 prestado ao estado, e declara sob as penas da lei sobre ele não incidir  
264 as vedações previstas nos artigos 51, 52, 53 e 54 da Deliberação  
265 Normativa COPAM nº 177 de 22 de agosto de 2012, e comprometem-  
266 se a observar o disposto nos artigos 61, 62 e 63 da Lei Estadual nº  
267 14184 de 30 de janeiro de 2002. Para constar, lavrou-se o presente  
268 termo que foi assinado pelo excelentíssimo Senhor Secretário  
269 Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), bem  
270 como pelos Conselheiros empossados. Belo Horizonte, 12 de  
271 novembro de 2020. Assina como Presidente da Secretaria Executiva a  
272 senhora Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida, juntamente com os  
273 termos que os senhores enviaram. Eu vou aproveitar também neste  
274 momento de posse dos Conselheiros para, primeiramente, dar boas-  
275 vindas a todos, desejar que os trabalhos sejam eficientes, sejam  
276 efetivos, que a gente observe o desenvolvimento socioeconômico da  
277 nossa região, sem deixar de lado a questão ambiental, sempre  
278 importante por ser um bem da coletividade, e vou fazer um comunicado  
279 até em resposta, em retorno ao nosso Conselheiro Benigno que se



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

280 manifestou desta forma na nossa reunião de treinamento do dia 17,  
281 que eu recebo um comunicado, senhores Conselheiros, da Comissão  
282 de Ética da SEMAD, com o seguinte teor: “Recentemente, por meio da  
283 Resolução SEMAD nº 2971, de 16 de junho de 2020, foi alterada a  
284 composição da comissão ética da SEMAD. Como novos membros da  
285 comissão, gostaríamos de nos apresentar e colocar a Comissão Ética  
286 da SEMAD à disposição dos senhores Conselheiros para orientações,  
287 esclarecimentos de dúvidas, recebimento de denúncias ou qualquer  
288 demanda relativa à nossa competência. Aproveitamos para lembrá-los  
289 que como membros deste conselho os senhores exercem a função de  
290 agente público, e como tal devem observar o código de conduta ética  
291 do agente público do estado, estabelecido pelo Decreto Estadual nº  
292 46644, de 6 de novembro de 2014. Deve ser sempre respeitada a  
293 liberdade de expressão de todos os Conselheiros, que por sua vez  
294 devem representar suas entidades com diligência e honestidade, sendo  
295 sua atuação pautada pelo respeito com serviços ao órgão ambiental e  
296 demais colegas na atividade deste conselho. E pelos princípios éticos  
297 que regem nosso trabalho no Estado de Minas Gerais, recomendamos  
298 para isso a leitura do Código de Conduta Ética, disponível no *site* do  
299 governo. Esse código está disponível para os senhores, de fácil  
300 acesso. É possível achá-los em várias Secretarias, que é o nosso  
301 Código de Ética dos Servidores do Estado de Minas Gerais. Assinam  
302 essa nota os membros da Comissão de Ética da SEMAD, a senhora  
303 Ana Carolina Andrino de Melo, Mariana Antunes Pimenta, Laércio  
304 Capanema Marques, Giovanni Lourenço Coleta e Ricardo Henrique  
305 Cottini”. Informamos também que, além da iniciativa ora apresentada,  
306 deixando à disposição dos senhores um canal aberto com a Comissão  
307 de Ética da SEMAD para esclarecimento de dúvidas, encaminhamento  
308 de denúncias, além dessa iniciativa, serão planejadas outras atividades  
309 mais abrangentes, a serem desenvolvidas junto aos Conselheiros do  
310 COPAM e CERH, com objetivo de orientá-los e deixar  
311 permanentemente aberto o diálogo com a Comissão de Ética da  
312 SEMAD, e que tais propostas serão encaminhadas às Vossas  
313 Excelências para conhecimento e aprovação no momento oportuno.  
314 Então essa é uma iniciativa da SEMAD no sentido de esclarecer aos  
315 senhores em relação à função que os senhores estão recebendo agora  
316 neste momento e informar também que será ministrada nos próximos  
317 dias, em momentos oportunos, treinamentos para que todos fiquem  
318 bem informados, esclareçam dúvidas e que os trabalhos sejam  
319 desempenhados da melhor forma possível. Na sequência da nossa  
320 reunião, depois de empossados os nossos membros, nossos novos





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

321 membros do conselho, a quem novamente dou as boas-vindas,  
322 passamos ao item 4 da nossa pauta.” **4. COMUNICADO DOS**  
323 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Ricardo  
324 Rodrigues de Carvalho: “Abro nesse momento a palavra ao conselho, a  
325 gente tem um tempo regimental de 30 minutos para manifestação livre  
326 dos Conselheiros. A palavra está aberta. Eu estou vendo a mãozinha  
327 levantada com o Álvaro, da SEAPA. Pois não, Álvaro, a palavra está  
328 aberta para você. Álvaro, representante da SEAPA. Seu microfone está  
329 fechado. Conselheiro Álvaro de Moura Goulart: “Agora sim. Somente  
330 para dar boas-vindas a todos, cumprimentar o senhor Presidente que  
331 está conduzindo a reunião, e dizer que é com muita satisfação que nós  
332 estamos representando a Secretaria de Estado e Agricultura, estamos  
333 à disposição, nós somos funcionários da EMATER, que é vinculada à  
334 Secretaria de Estado e Agricultura, então é dar boas-vindas aos nossos  
335 pares e dizer que estamos à disposição para trabalhar com zelo,  
336 contribuindo com nossos conhecimentos e princípios dentro da ética  
337 para estar colaborando nessas decisões importantes desse colegiado,  
338 e desejar uma reunião profícua a todos e boas-vindas. Um bom dia.”  
339 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok, Álvaro, muito obrigado  
340 pelas palavras. Espero que a gente tenha realmente, que os senhores  
341 Conselheiros neste biênio possam contribuir com nosso meio ambiente  
342 e o desenvolvimento sustentável aqui do noroeste. Questiono se mais  
343 algum Conselheiro quer fazer o uso da palavra, se não, passamos ao  
344 item subsequente da nossa pauta. Creio que não, a nossa assessoria  
345 informa que não tem mais nenhum pedido de manifestação do  
346 Conselheiro.” **5. EXAME DA ATA DA 102ª RE DE 17/10/2019.**  
347 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Vamos então ao item 5 da  
348 pauta, Exame da Ata da 102ª RE da URC NOR, realizada no dia  
349 17/10/2019. Estou sendo informado que neste item a gente tem um  
350 inscrito que gostaria de se manifestar, é o senhor Alexandre Stelin dos  
351 Santos, sociedade civil. Naquela dinâmica que eu já informei aos  
352 senhores, a gente aguarda por um instante para que o senhor  
353 Alexandre possa entrar na sala e fazer o uso da palavra pelo prazo  
354 regimental. Senhor Alexandre, estamos aguardando, senhores  
355 Conselheiros, o pedido de inscrição para o item 5, senhor Alexandre.  
356 Vamos aguardar mais um minuto, a equipe está entrando em contato  
357 com o Alexandre, e não sendo possível, a gente dá continuidade à  
358 reunião. Senhores Conselheiros, estou sendo informado que não foi  
359 possível o contato com o senhor Alexandre. A gente dá continuidade  
360 ao exame da ata da 102ª Reunião, realizada no dia 17/10/2019.  
361 Conforme já informei anteriormente a dinâmica, a gente vai



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

362 disponibilizar a planilha de votação para manifestação individual de  
363 cada Conselheiro. Pedir à Assessoria que coloque a planilha na tela.  
364 Vamos então à votação. Como vota SEAPA, Álvaro?” Conselheiro  
365 Álvaro de Moura Goulart: “Eu vou me abster.” Presidente Ricardo  
366 Rodrigues de Carvalho: “Álvaro, conforme informado anteriormente e,  
367 segundo o Regimento, a abstenção precisa ser justificada.”  
368 Conselheiro Álvaro de Moura Goulart: “Perfeito, justifico a minha  
369 votação em decorrência de não ter participado da última reunião, onde  
370 nós tivemos a presença, mas foi de meu colega, que foi o segundo  
371 suplente.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok, Álvaro, só  
372 fazendo uma observação. Entendo a colocação do senhor, mas a  
373 representação no conselho é da entidade, então eu recomendo que  
374 seja feito contato com o Conselheiro que participou da última reunião,  
375 representando a entidade, para que no diálogo essa dúvida possa ser  
376 sanada. Como vota SEDE, Benigno.” Conselheiro Benigno Antônio  
377 Oliva Santos: “Da mesma forma do Álvaro, não participei da primeira,  
378 mas considerando sua fala, sou favorável.” Presidente Ricardo  
379 Rodrigues de Carvalho: “SEDE, favorável.” Conselheiro Álvaro de  
380 Moura Goulart: “Quem fala primeiro está sujeito, nós sabemos que não  
381 é mudança de opinião, mas em decorrência da sua fala e da não  
382 manifestação contrária do meu colega que participou da última reunião,  
383 eu entendo que posso votar favorável, se for o caso.” Presidente  
384 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Pois não, Álvaro. Álvaro,  
385 representante SEAPA, vota favorável. Informando aos senhores que a  
386 ata da reunião eu entendo a posição dos senhores, visto que a última  
387 reunião ocorreu há mais de um ano, e, portanto, já há um bom tempo,  
388 mas o que a gente vota agora é apenas a ata que foi redigida e  
389 disponibilidade aos senhores com o prazo regimental. Na sequência,  
390 então, manifestação, como vota IDENE, Geraldo Wellington Mota?”  
391 Conselheiro Geraldo Wellington Mota: “Favorável.” Presidente Ricardo  
392 Rodrigues de Carvalho: “Como vota SEINFRA, Hélio da Silva Mota.”  
393 Conselheiro Hélio da Silva Mota: Favorável”. Presidente Ricardo  
394 Rodrigues de Carvalho: “Como vota EPAMIG?” Conselheiro Renato  
395 Jacomo Manzan: “Favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues de  
396 Carvalho: “Como vota IMA?” Conselheiro Antônio Marcos de Freitas:  
397 “Vota favorável”. Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Como  
398 vota PMMG? Tenente Marcos Paulo está presente? A gente vai passar  
399 para a sequência, ao final eu indago mais uma vez sobre a presença  
400 da PMMG ou a gente destaca como ausente. Como vota CREA?”  
401 Conselheiro Luiz Mendes Soares: “Bom dia, voto favorável.” Presidente  
402 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Como vota Ministério Público?”



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

403 Conselheiro Athaíde Francisco Peres: “Bom dia a todos, o voto é  
404 favorável pela confirmação da formalidade da ata. Obrigado.”  
405 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Como vota a Prefeitura de  
406 Unaí, Cátia Rocha. Como vota Prefeitura de Unaí? Está presente?  
407 Vamos imprimir a mesma dinâmica, Prefeitura de Unaí ainda não se  
408 manifestou, vamos em frente. FIEMG, como vota a FIEMG, Helberth.”  
409 Conselheiro Helberth Henrique Raman: “Bom dia. Voto favorável.”  
410 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “FAEMG, como vota?”  
411 Conselheira Ediene Luiz Alves: “Bom dia, voto favorável.” Presidente  
412 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “FEDERAMINAS, como vota?”  
413 Conselheira Vanessa Miriany Alves Luiz: “Favorável”. Presidente  
414 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Vanessa. Como vota  
415 SIAMIG?” Conselheira Adaiane Pereira de Souza: “Bom dia a todos,  
416 favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Como vota  
417 FUNATURA, Ernane Faria. Ernane Faria está ausente, estou informado  
418 aqui pela assessoria que está ausente. E estou sendo informado  
419 também que a PMMG, na pessoa do Tenente Marcos Paulo, está  
420 votando favorável à aprovação da ata. Vamos em frente, como vota a  
421 AMLPPN, Ésio Mendes do Nascimento. Estou sendo informado que  
422 essa associação está ausente. Como vota AAMA, Daniel de Melo  
423 Valadão. AAMA também está ausente? Como vota FACISA?”  
424 Conselheiro Wender Antônio de Oliveira: “Bom dia a todos, pela  
425 conformidade e legitimidade da ata, favorável.” Presidente Ricardo  
426 Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Wender, como vota UNIMONTES?”  
427 Conselheiro Luiz Alberto Dolabela Falcão: “Bom dia a todos de novo.  
428 Ricardo, posso ter comido mosca, mas eu só vi a ata do *link* que o  
429 pessoal mandou agora, e dei uma corrida de olho e parece que a  
430 UNIMONTES não estava presente nessa reunião, então nesse caso eu  
431 vou optar por abster.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok,  
432 Luiz, está justificado. Como vota a OAB?” Conselheiro Rafael Lopes  
433 Napp: “Bom dia Presidente, demais Conselheiros, nós vamos nos  
434 abster de votar, uma vez que a OAB não tinha cadeira à época da  
435 referida reunião. Nós tomamos posse somente agora.” Presidente  
436 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok, Rafael, obrigado pela  
437 manifestação. Estou sendo informado aqui que a representante da  
438 Prefeitura de Unaí vota favorável. As informações chegam pra gente  
439 aqui por vezes via *WhatsApp* ou por *e-mail*, algum problema lá na  
440 comunicação, no áudio, o Conselheiro acaba comunicando com a  
441 gente aqui no grupo que foi criado, e, portanto, além aqui dessa  
442 ferramenta em que a gente desenvolve nossa reunião, a gente também  
443 utiliza das demais. Então a composição dos votos, declaro aprovada a



444 ata da 102ª Reunião, com 15 votos, 02 abstenções e 03 ausências,  
445 declaro aprovada a ata da 102ª Reunião do dia 17/10/2019.” **6.**  
446 **FUNÇÃO E ESTRUTURA DO COPAM: REGIMENTO INTERNO**  
447 **(DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 177/2012).**  
448 **APRESENTAÇÃO: URC NOR. Presidente Ricardo Rodrigues de**  
449 **Carvalho**: “Vamos então ao nosso próximo ponto de pauta, que é a  
450 função e estrutura do COPAM: Regimento Interno. Essa apresentação  
451 é importante aos senhores Conselheiros pois poderá esclarecer  
452 eventuais dúvidas e apresentar aqui para os senhores os detalhes do  
453 nosso regimento. Essa apresentação será ministrada pela Giselle  
454 Borges, que é nossa colega servidora da Diretoria de Controle  
455 Processual do Noroeste de Minas Gerais. Passo a palavra nesse  
456 momento a Giselle para falar sobre a Deliberação Normativa nº  
457 177/2012. Giselle, a palavra está com você.” **Giselle Borges, SUPRAM:**  
458 “Se alguém não estiver ouvindo ou se a transmissão de repente  
459 encerrar, é porque a minha *internet* está um pouco instável.”  
460 **Conselheiro Álvaro de Moura Goulart**: “Está dando microfonia.” **Giselle**  
461 **Borges, SUPRAM**: “É por causa do retorno. Estou na SUPRAM, na  
462 sala, para tentar resolver. Vamos lá. Só um minutinho. Prontinho. Bom  
463 dia a todos, inicialmente. Quero agradecer a participação de todos os  
464 Conselheiros, de todas as entidades, temos entidades novas  
465 participando que acabaram de tomar posse nesse novo biênio, e  
466 acredito que o Regimento Interno, conhecimento às normas que vão  
467 direcionar as atividades de vocês, dentro das atividades relacionadas  
468 às URCs, está compilado numa apresentação muito simples, mas  
469 também acho importante que vocês tenham acesso a essas normas  
470 por meio do *site* da SEMAD, estão disponíveis no *site* da SEMAD, e  
471 leiam com cuidado, com muita parcimônia, principalmente os deveres,  
472 as responsabilidades de cada Conselheiro durante as reuniões. Eu vou  
473 passar a apresentação, vou tentar compartilhar minha tela aqui com  
474 vocês, para ficar mais fácil. O Célio vai colocar para mim. O pessoal da  
475 SEMAD vai colocar para mim, da SUPRAM, o compartilhamento da  
476 tela. Isso, ótimo, acho que agora todos vocês estão visualizando a  
477 apresentação. A gente começa tratando do Regimento Interno do  
478 COPAM. As primeiras normas que trabalharam toda a estruturação do  
479 COPAM no Estado de Minas Gerais foram direcionadas desde lá da  
480 década de 1970, então o primeiro Decreto é o 18466/77, que instituía a  
481 comissão de política ambiental, e em sequência tivemos a Lei nº  
482 7772/80, que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio  
483 ambiente, que está vigente até hoje. O Decreto nº 44667/07, que foi  
484 revogado posteriormente por uma norma de 2016 que nós vamos ver





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

485 posteriormente, que dispunha sobre a reorganização do COPAM. E em  
486 sequência tivemos a Deliberação Normativa COPAM nº 30/98, que foi o  
487 primeiro Regimento Interno do COPAM, que disciplinava todos os  
488 trabalhos dos Conselheiros em todos os órgãos que compõem a  
489 estrutura do COPAM. Lembrando que o COPAM tem papel muito  
490 importante dentro dessa política estadual e ambiental. É um órgão que  
491 compõe a estrutura, que compõe a estrutura do próprio SISEMA e  
492 subordinado administrativamente à SEMAD, e todos os Conselheiros  
493 possuem um papel muito importante dentro dessa estruturação, porque  
494 vocês é que definem a política ambiental do estado, por isso essa  
495 relevância dessa função pública que todos vocês Conselheiros  
496 exercem para direcionar as atividades ambientais e que claro, vão ter  
497 uma influência direta sobre os aspectos econômicos, sobre as  
498 viabilidades dos empreendimentos econômicos no Estado de Minas  
499 Gerais. Hoje as atuais normas que tratam do COPAM é a Lei nº  
500 21972/16, que dispõe sobre o SISEMA, e como eu disse, o COPAM é  
501 um órgão dentro dessa estrutura, compõe a estrutura do SISEMA.  
502 Temos também o novo, não tão novo, quatro anos atrás, o Decreto nº  
503 46953/16, que dispõe atualmente sobre a organização do COPAM e a  
504 Deliberação Normativa nº 177/2012, que é o atual Regimento Interno  
505 do COPAM. Esse atual Regimento Interno do COPAM tem algumas  
506 disposições que foram alteradas pelo Decreto nº 46953/16. Uma das  
507 disposições que foram alteradas, que não está lá de forma explícita,  
508 mas em razão da normativa da organização do COPAM já se encontra  
509 em fase de alteração, é a atribuição do Presidente, por exemplo. Nós  
510 vamos ver mais à frente com relação ao voto comum e ao voto de  
511 qualidade que ele exerce atualmente. No momento oportuno vamos  
512 tratar disso. Então é sempre importante destacar que essa DN nº  
513 177/2012 tem que ser lida em consonância com o Decreto nº 46953/16,  
514 porque existem algumas modificações que foram realizadas, não houve  
515 alteração substancial, mas algumas coisas pontuais que devem ser  
516 observadas. Em sequência, a gente trata da estrutura. Como é  
517 constituído o COPAM. O próprio Decreto Estadual nº 46953, no Artigo  
518 4º traz toda essa estrutura, Presidência, Secretaria Executiva, Plenário,  
519 Câmara Normativa e Recursal, as Câmaras Técnicas Especializadas, e  
520 aí eu tenho de Políticas de Energias e Mudanças Climáticas, Proteção  
521 à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, de Atividades Minerárias,  
522 Industriais, Agrossilvipastoris, de Infraestrutura de Transporte,  
523 Saneamento e Urbanização e Infraestrutura de Energia. Em sequência,  
524 nós temos as URCs, que é o que efetivamente tem importância para a  
525 nossa apresentação de hoje, já que esse conselho foi constituído no



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

526 âmbito da URC NOR. As URCs no estado acompanham o número  
527 máximo de 17 e a sede e a circunscrição territorial delas são  
528 estabelecidas conforme a sede e circunscrição territorial das próprias  
529 SUPRAMs, e aí também estão lá dispostas no anexo do próprio  
530 Decreto nº 46953 com todos os municípios que incluem as URCs. E as  
531 reuniões que são realizadas para debater as políticas ambientais  
532 dessas regionais. Vocês compõem o conselho da URC NOR. A  
533 Deliberação Normativa COPAM traz em toda sua estrutura tanto as  
534 disposições, vocês vão ver que existem comparando ambas as  
535 normas, tanto o Decreto de 2016 quanto o Regimento Interno de 2012,  
536 existem muitas disposições similares, apesar de algumas modificações  
537 pontuais como eu disse, mas a estrutura é muito parecida. Então temos  
538 lá as disposições preliminares, órgãos seccionais, finalidade do  
539 COPAM, como é feita a organização do conselho, como devem ser  
540 feitos os recursos no âmbito do COPAM e as disposições finais e  
541 transitórias. Além disso, ainda tem as estruturas das reuniões  
542 colegiadas, dos grupos de trabalho e a própria composição do COPAM,  
543 como vocês viram é composto tanto por órgãos do poder público  
544 quanto da sociedade civil, então nós temos representantes nessa  
545 composição de no mínimo 12, no máximo 20 em cada uma das  
546 regionais, e conforme dito, eu acho muito importante que todos os  
547 Conselheiros tenham acesso a essa norma e se disponham a ler com  
548 bastante cuidado, porque ela é uma norma, não vou apresentar  
549 inteiramente ela hoje porque são 77 artigos na Deliberação Normativa  
550 COPAM, então mais de 70 artigos fica impossível tratar numa reunião  
551 com muitas peculiaridades, nós vamos tratar apenas do que é  
552 necessário efetivamente para que vocês conheçam como vocês podem  
553 atuar no âmbito dessas reuniões, e os impedimentos e suspeições que  
554 são aplicáveis aos órgãos e entidades, aos membros do conselho.  
555 Vamos passar para o Regimento Interno, os principais aspectos. O  
556 aspecto inicial, um dos principais, é a questão do quórum de instalação  
557 e o quórum de deliberação. Qual a diferença entre eles: para instalar  
558 uma reunião do COPAM, o Ricardo estava no início da reunião  
559 conferindo quantos Conselheiros estavam presentes. Por que é  
560 necessária essa conferência? Porque se eu não atinjo o quórum de  
561 instalação, a reunião não se realiza, e o Regimento Interno do COPAM  
562 traz a necessidade do quórum de instalação de uma maioria absoluta  
563 dos membros deste conselho. Então se eu tenho 20, o máximo de 20  
564 membros, como nós temos aqui, eu preciso de uma maioria absoluta,  
565 pelo menos 11 Conselheiros presentes para que se inicie a reunião.  
566 Não havendo esse quórum de instalação à reunião tem que ser



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

567 cancelada e designada uma nova data, então é sempre importante a  
568 presença dos membros neste conselho. A próxima diferença é o  
569 quórum de deliberação. Uma vez instalada a reunião, iniciada a  
570 reunião, tem-se que verificar a cada item de pauta que precisa ser  
571 levado a votação, as deliberações que são colocadas dentro daquela  
572 pauta, daquela reunião, eu preciso identificar se há um quórum mínimo  
573 para aprovação daqueles pontos específicos. Só analisar um ponto que  
574 foi citado pela Vânia da SEMAD, ela pediu para retificar a questão das  
575 circunscrições da URC. Elas estão estabelecidas pelo Decreto nº  
576 47787/2019. Depois eu coloco isso que você mandou agora pra gente,  
577 eu vou colocar essa norma aqui no bate-papo e aí eu coloco todas as  
578 normas aplicadas para que os Conselheiros tenham as retificações e  
579 para que possam buscar essas normas, pode deixar que no bate-papo  
580 vou disponibilizar aqui, só pra gente não perder a sequência da  
581 apresentação. O quórum de deliberação precisa de maioria simples,  
582 então a cada item da pauta que for levado à votação, eu preciso que  
583 esse quórum seja estabelecido com maioria simples. Então olha a  
584 diferença do quórum de instalação para o quórum de deliberação. A  
585 maioria simples não vai analisar os membros, mas na realidade vai  
586 analisar os que estão presentes, independentemente se continuam ou  
587 não com a mesma quantidade de membros lá no início da instalação  
588 da reunião, então maioria simples, sempre dos presentes na reunião  
589 durante as votações, independente da manutenção do quórum de  
590 instalação. Em sequência a gente trata da ordem dos trabalhos, o  
591 Ricardo até no início da apresentação também trouxe todo o  
592 detalhamento de como é feita essa reunião, a ordem dos trabalhos, a  
593 gente só traz um resumo do que ele já relatou no início da reunião para  
594 vocês. A ordem dos trabalhos: inversão e retirada de ponto de pauta;  
595 julgamento em bloco; retorno de vistas e diligências; votação de  
596 processos de regularização ambiental e inclusão de condicionantes.  
597 Atualmente as votações dos processos de auto de infração, então  
598 todas essas ordens de trabalho estão estabelecidas também no  
599 Regimento Interno, como isso deve ser feito, e sempre sob o ponto do  
600 Presidente que estará organizando esses trabalhos. Comparecimento  
601 do Conselheiro e ausência. Nós tivemos alguns Conselheiros que  
602 estavam ausentes em algumas reuniões ou que faltaram em algumas  
603 reuniões consecutivas ou alternadas. O que isso causa? Eu falei aqui  
604 no início da relevância dessa participação da sociedade civil e do poder  
605 público nas políticas ambientais do estado, que promovem não só  
606 proteção ambiental, como também tem esse ponto de contato com  
607 economia estadual, esse gerenciamento dos empreendimentos do



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

608 estado. Então a ausência do Conselheiro é sentida não só para as  
609 questões de votação, ela é sentida como um todo, porque se  
610 efetivamente eu não tenho o quórum para instalar uma reunião, não  
611 consigo iniciar uma reunião, vai ficar parado até que seja feita uma  
612 nova reunião com todos os presentes, então é muito importante o  
613 comparecimento do Conselheiro. E esse comparecimento dessas  
614 ausências também são regidos pelo próprio Regimento Interno do  
615 COPAM. Com relação às ausências, o que a gente precisa pontuar: as  
616 reuniões que eventualmente o Conselheiro tiver que se ausentar tem  
617 que tomar muito cuidado para que não tenham duas reuniões  
618 consecutivas de ausência ou quatro reuniões alternadas. Porque se o  
619 Conselheiro, e aí a gente vai tratar tanto do titular quanto do suplente, o  
620 órgão não pôde enviar um representante, faltou um membro, se ele  
621 faltou por duas reuniões consecutivas ou quatro alternadas, esse  
622 membro ficará suspenso por três meses das reuniões do COPAM.  
623 Essa é a primeira penalidade aplicada. Em caso de reincidência nas  
624 situações de ausência dos membros desses órgãos ao conselho, é  
625 realizado o desligamento do órgão, o que é um prejuízo de toda forma,  
626 para a política ambiental do estado e para o andamento desses  
627 processos de regularização ambiental. Em caso de reincidência e  
628 desligamento desses membros, desse órgão ou dessa entidade, o  
629 acento fica vago até que seja convidado um novo membro para poder  
630 compor esse acento vago. Então é muito importante que haja esse  
631 comparecimento do Conselheiro, essa é a nossa maior  
632 conscientização. Se eventualmente ele como titular não pode vir, que o  
633 órgão, a entidade, envie um suplente, não deixa de enviar um suplente  
634 para que os trabalhos possam correr da melhor forma possível.  
635 Lembrando que essa suspensão acaba retirando o direito de voto da  
636 entidade dessas reuniões, ok? Presidência é o próximo ponto desse  
637 *slide*. Anteriormente, com a própria DN nº 177, que é o atual Regimento  
638 Interno, estabelecia que o Presidente tinha direito ao voto comum, que  
639 é o voto ordinário nas votações, tanto quanto os Conselheiros detinham  
640 essa opção de voto. Só que atualmente, com as regras novas  
641 estabelecidas a partir de 2016, o Presidente tem apenas o voto de  
642 qualidade, apenas ele vai exercer o direito de voto quando houver uma  
643 necessidade de desempate, por exemplo, nas votações. O Presidente  
644 não tem mais o direito de voto comum pela legislação atual. Próximo  
645 ponto o tempo de manifestação do Conselheiro, outro ponto que  
646 também acho muito importante, já que estamos em um conselho e os  
647 conselhos têm justamente a missão de possibilitar a participação do  
648 maior número de interessados possíveis para definir essas políticas,





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

649 então dentro desse tempo de manifestação, cada Conselheiro, cada  
650 membro de cada órgão que compõem as URCs têm o prazo de 10  
651 minutos em cada item de pauta, então cada um de vocês têm o prazo  
652 de 10 minutos em cada item de pauta para realizar as suas  
653 considerações, que podem ser pedidos de vistas, vamos falar sobre  
654 pedido de vistas posteriormente, pode ser esclarecimento, podem  
655 solicitar esclarecimentos da equipe técnica das SUPRAMs, da equipe  
656 jurídica, ao Presidente, então as manifestações em cada item de pauta  
657 são abertas por 10 minutos, sendo que esse tempo de 10 minutos é  
658 prorrogável a critério do Presidente, então ele vai analisar a  
659 possibilidade de prorrogação desse prazo de acordo com a matéria em  
660 discussão, dependendo da complexidade da matéria envolvida. E aqui  
661 nós temos os principais aspectos relacionados às competências do  
662 membro do COPAM. Digo que esse *slide* traz tudo que o Conselheiro  
663 pode, dentro das normas regimentais, solicitar, requerer dentro do  
664 COPAM. Primeiro ponto são as diligências, então as diligências podem  
665 ser requeridas pelo Conselheiro, esse é um ato do Conselheiro ao  
666 órgão ambiental, através de informações, providências sobre a matéria  
667 pautada em discussão. Então se houver um auto de infração, um  
668 processo de regularização sendo votado, você pode solicitar  
669 esclarecimentos e informações específicas por meio de diligência,  
670 sendo que a diligência existe quando não for possível atender a essa  
671 providência ou informação em reunião. O processo será baixado em  
672 diligência para atender esse requerimento do Conselheiro, buscar  
673 essas novas informações para atender o que for necessário aos  
674 esclarecimentos que vocês suscitaram. Segundo ponto é a questão de  
675 ordem. Sempre que o Conselheiro tiver alguma dúvida sobre as  
676 interpretações de regras regimentais durante as reuniões, por exemplo,  
677 vocês não se lembram quanto tempo tem para poder se manifestar  
678 dentro daquele item de pauta, vocês podem solicitar uma questão de  
679 ordem visando esclarecer quanto tempo vocês têm para manifestação.  
680 Ou qual o prazo que vocês podem ter para solicitar um pedido de vista,  
681 vocês querem entender as regras do regimento durante aquele  
682 procedimento que está sendo realizado, então sempre solicitação de  
683 questão de ordem. O terceiro ponto é o pedido de vista, que também é  
684 algo que pode ser feito e corriqueiramente é feito pelo menos nas  
685 reuniões aqui da URC NOR, nós temos alguns pedidos de vista que  
686 são realizados quase sempre nos nossos processos aqui pelos  
687 Conselheiros, e o que é mais importante dentro do pedido de vista que  
688 é uma solicitação, está aí bem explicado o que é no *slide*, a solicitação  
689 por membro do COPAM de apreciação de uma matéria da pauta com a



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

690 intenção de sanar dúvidas e apresentar uma proposta de decisão  
691 alternativa. Então sempre que vocês eventualmente quiserem analisar  
692 com mais profundidade o processo administrativo que está na pauta,  
693 com mais profundidade aquele item de pauta, vocês podem solicitar o  
694 pedido de vista, só que tal qual a diligência, é importante que o pedido  
695 de vista seja feito apenas nas situações quando não é possível  
696 efetivamente tirar os esclarecimentos dentro daquela reunião, já que  
697 durante as URCs, via de regra, estão presentes os técnicos que  
698 acompanharam aqueles processos, o corpo jurídico das SUPRAMs que  
699 podem eventualmente sanar aquelas dúvidas. Mas mesmo com as  
700 dúvidas sanadas, se eventualmente quiserem ainda analisar o  
701 processo, levar o processo, apreciar cada um dos documentos que o  
702 compõem, vocês podem solicitar esse pedido de vistas, sendo que  
703 esse processo é retirado da pauta, ele não é votado naquela reunião,  
704 ele apenas será votado, e aí como prioridade, na reunião subsequente,  
705 sendo que o pedido de vista uma vez solicitado pelo Conselheiro ele  
706 também precisa, quando devolver o processo ao órgão ambiental para  
707 que seja apreciado na reunião subsequente, apresentar um relato  
708 escrito desse seu pedido de vistas, para que seja dada publicidade  
709 inclusive aos demais Conselheiros sobre o seu ponto de vista, então o  
710 Conselheiro tem que dar aos Conselheiros a chance de verificar  
711 também o que é aquele seu relato, seu relatório, seu parecer a respeito  
712 daquele processo. O prazo estabelecido pelo regimento para  
713 apresentar esse relato escrito do pedido de vista é de até cinco dias  
714 antes da realização da próxima reunião, então o Conselheiro pode  
715 analisar o processo e até cinco dias antes da reunião ele disponibiliza  
716 esse relato de vista que será publicada para todos os Conselheiros,  
717 encaminhado da forma como é estabelecido nos procedimentos da  
718 SEMAD atualmente, geralmente fica disponível no site da própria  
719 SEMAD para que os Conselheiros tenham acesso via *internet*. Ainda  
720 sobre o pedido de vistas, o que é importante esclarecer, e aqui é outro  
721 ponto muito importante: o pedido de vistas ele sempre deve ser feito de  
722 forma fundamentada, então não pode Conselheiro simplesmente  
723 solicitar vistas de um processo porque “ah, não tive tempo de ler”. Os  
724 pareceres são disponibilizados com antecedência, dependendo do tipo  
725 de reunião, se for ordinária ou extraordinária, obedecendo sempre as  
726 regras regimentais, os Conselheiros todos terão os pareceres numa  
727 data bem antecedente à reunião, para que possam analisar. Então uma  
728 justificativa que não teve tempo de ler o parecer não é uma justificativa  
729 fundamentada. Então o que seria uma justificativa fundamentada? “Ah,  
730 eu preciso analisar se foram analisadas todas as provas colocadas



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

731 pela defesa do processo administrativo, quero ver se existem laudos  
732 técnicos a respeito dessa questão específica nesse processo  
733 ambiental, quero analisar um inventário florestal que está dentro do  
734 processo”. O Conselheiro tem que sempre fundamentar concretamente  
735 esse pedido de vistas, e o pedido de vistas então é analisado pelo  
736 Presidente e o processo retirado de pauta para atender à solicitação do  
737 Conselheiro. Outro ponto: pedido de vistas é feito uma única vez por  
738 cada Conselheiro, então o Conselheiro não pode fazer o pedido de  
739 vistas em uma reunião, apresentar o relato na reunião seguinte e nessa  
740 mesma reunião fazer um outro pedido de vista para que prolate o  
741 julgamento do processo para uma terceira reunião, isso não pode ser  
742 feito. O pedido de vistas é sempre feito uma única vez por cada  
743 membro do conselho, isso é muito importante, regra geral, ok? Existem  
744 exceções? Existem. O próprio Regimento Interno estabelece uma  
745 exceção, que é a existência de um fato novo. Às vezes durante aquela  
746 reunião, após a apresentação do relato escrito pelo Conselheiro, surge  
747 um fato novo que ele não evidenciou que estava dentro do processo e  
748 que muitas vezes surge na própria reunião, e aí, claro, devidamente  
749 comprovado esse fato, o Conselheiro pode solicitar novamente o  
750 pedido de vistas para analisar aquele fato novo, mas o fato novo tem  
751 que ser comprovado, ok? Então esses são os três primeiros atos que  
752 geralmente os Conselheiros utilizam muito nas reuniões do COPAM,  
753 diligência, questão de ordem e pedido de vistas, e o quarto ato é a  
754 moção, então a moção tem mais um caráter de reinvidicação, menção  
755 honrosa, é um ato tanto do poder público quanto da sociedade civil,  
756 dos membros que representa a sociedade civil. Ela é utilizada, mas não  
757 com tanta frequência, mas também é uma possibilidade de os  
758 membros estarem solicitando utilizar dentro das reuniões, ok?  
759 Regimento Interno, e aqui eu digo que é uma das partes mais  
760 importantes da nossa apresentação. Nós temos no ato de posse de  
761 vocês, que foi assinado no início dessa reunião, o Ricardo chegou a  
762 citar esses dispositivos, Artigos 51, 52, 53, que tratam dos  
763 impedimentos, das suspeições que são aplicados aos membros do  
764 conselho. Esses impedimentos e suspeições que são aplicadas no  
765 conselho têm que ser efetivamente analisadas por cada um de vocês,  
766 tanto pelos órgãos e entidades enquanto membros quanto ao próprio  
767 indivíduo titular que representa aquele órgão. O Artigo 51 estabelece  
768 que o membro do COPAM no exercício de suas funções em qualquer  
769 das unidades do conselho é impedido de atuar em processo  
770 administrativo, então olha, é impedido de atuar em processo  
771 administrativo caso ele tenha interesse direto ou indireto na matéria,



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

772 caso tenha vínculo jurídico empregatício ou contratual com pessoal  
773 física ou jurídica envolvida na matéria, caso tenha participado ou venha  
774 a participar de procedimento como perito, testemunha ou  
775 representante, ou cujo cônjuge, companheiro, parente ou afim até o  
776 terceiro grau esteja em uma dessas situações e caso esteja em litígio  
777 judicial ou administrativo com interessado, seu cônjuge ou  
778 companheiro. Caso esteja proibido por lei de fazê-lo. Essas são as  
779 situações determinadas pelo Regimento Interno em que o Conselheiro  
780 não pode atuar no processo administrativo que está em votação.  
781 Sempre que vocês verificarem que se enquadram em uma dessas  
782 situações, tanto quanto órgão quanto membro desse conselho, vocês  
783 precisam se declarar impedido naquele item de pauta. Não precisa  
784 indicar efetivamente porque você está impedido, mas via de regra é  
785 importante dizer: “Olha, tenho vínculo jurídico com essa empresa” ou:  
786 “Tenho contrato com essa empresa e não posso estar envolvido em  
787 processo administrativo que trata dela”. A gente sempre precisa deixar  
788 as coisas muito claras por questões éticas para que não venha a viciar  
789 o processo de votação daquele item de pauta. Artigo 52 fala da forma  
790 como deve ser feita essa indicação de impedimento, então membro do  
791 COPAM que incorrer em impedimento deverá comunicar o fato à  
792 Secretaria Executiva da estrutura colegiada, abstendo-se de atuar.  
793 Então tem que dizer: “Eu me abstenho de votar nesse processo,  
794 porque sou impedido nos termos do Artigo 51 do Regimento Interno do  
795 COPAM”. E é um dever, sob pena de quê? Olha o Parágrafo Único do  
796 Artigo 52: a falta de comunicação do impedimento constitui falta grave,  
797 que é passível de sanções disciplinares. Ter muita atenção, porque  
798 enquanto membros deste conselho, vocês são equiparadas a servidores  
799 públicos, vocês estão servindo a sociedade, e os critérios de votação,  
800 as regras regimentais, têm que ser estritamente obedecidas para que  
801 não haja nenhuma questão disciplinar a ser analisada posteriormente.  
802 Sempre comunicar isso à Secretaria Executiva, e na hora da votação,  
803 caso necessário, comunique a sua abstenção de votar ao Presidente  
804 da URC imediatamente. O Artigo 53 traz as hipóteses de suspeição. A  
805 suspeição tem uma característica de ser algo muito mais pessoal do  
806 Conselheiro, do órgão e da entidade representativa. A suspeição é  
807 arguida nas seguintes hipóteses: caso haja amizade íntima ou  
808 inimizade notória com o interessado ou com seu cônjuge, companheiro,  
809 parente ou afim até o terceiro grau. Então sempre é necessário que o  
810 Conselheiro tenha amizade íntima com alguém, com aquela pessoa  
811 física ou jurídica daquele processo administrativo analisado também se  
812 abstenha de votar. Caso ele não se abstenha, essa suspeição pode ser





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

813 arguida por qualquer interessado, e vai ser passada a palavra para o  
814 Conselheiro se manifestar a respeito dessa arguição de suspeição na  
815 hora da reunião. Uma vez que ele recusa a suspeição, ele diz: “Olha,  
816 não sou amigo íntimo da parte”, aí vai ser analisado em objeto de  
817 recurso, sem efeito suspensivo, essa arguição de suspeição  
818 posteriormente nos termos do regimento. O Artigo 54 traz questões  
819 relacionadas ao exercício das funções dos membros do COPAM. As  
820 modalidades em que esse exercício é vedado, ou seja, mais uma  
821 proibição. O exercício das funções pelos membros do COPAM em  
822 qualquer das suas unidades é vedado a pessoas que: prestem serviços  
823 de qualquer natureza ou participam direta ou indiretamente de gerência  
824 ou administração de empresas que tenham objeto de desenvolvimento  
825 de estudos que subsidiem processos de regularização ambiental, bem  
826 como os que interfiram em assuntos pertinentes à fiscalização. Caso  
827 algum Conselheiro preste serviço de qualquer natureza, vamos supor  
828 que exista uma ONG que eventualmente presta serviços de educação  
829 ambiental para uma empresa que tenha um processo administrativo  
830 que está sendo votado, colocado em discussão naquela pauta da URC,  
831 na reunião que estão participando, se você é membro dessa ONG e  
832 membro do conselho que presta serviços à essa empresa, não pode  
833 votar naquele processo em que a empresa está sendo analisada,  
834 porque há essa vedação do Artigo 54. Parágrafo primeiro: não se  
835 aplica a vedação a que se refere o *caput* ao funcionário de empresa  
836 que não tenha como objeto principal o desenvolvimento de estudos que  
837 subsidiem processos de regularização ambiental, bem como os que  
838 interfiram em assuntos pertinentes à fiscalização, aplicando sê-lhes os  
839 impedimentos a que se refere o Artigo 51. Também deve ser aplicado  
840 no presente caso aos impedimentos do Artigo 51, mas há essa  
841 salvaguarda, quando o funcionário da empresa e essa empresa não  
842 tem como objeto principal o desenvolvimento de estudos que  
843 subsidiem processos de regularização ambiental. Parágrafo segundo:  
844 essa vedação deverá ser declarada pelo membro que se enquadre  
845 nesta condição, então ela deverá ser declarada por vocês enquanto  
846 membros do conselho, ou ela poderá também ser suscitada por  
847 qualquer interessado naquele processo, haja vista que pode levar  
848 também à nulidade do processo administrativo, então essa declaração,  
849 essa forma de suscitar pode ser feita inclusive pelo empreendedor,  
850 representante, o advogado ali presente ou qualquer outro membro do  
851 conselho que tenha ciência dessas vedações do Artigo 54, por isso é  
852 sempre importante evitar que seja suscitado, importante que o  
853 Conselheiro mesmo se declare, se abstenha de votar naquele item em



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

854 razão da vedação do Artigo 54. Parágrafo terceiro: caso a vedação não  
855 seja reconhecida pelo arguido, será instaurado o processo  
856 administrativo. Acho que já está chegando ao final, chegou ao final,  
857 espero não ter ocupado muito tempo da reunião de vocês, é uma  
858 apresentação muito sucinta efetivamente e eu recomendo que vocês  
859 se inteirem das normas para que a atuação do conselho ocorra de  
860 forma regular e que o andamento das votações, que não haja nenhum  
861 problema durante o correr das reuniões. Quanto mais informados  
862 estamos, melhor. Muito obrigada a todos.” Presidente Ricardo  
863 Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Gisele, pela apresentação,  
864 importantíssimo no sentido de os senhores ficarem cada vez mais  
865 esclarecidos com as obrigações, condutas, vedações presentes no  
866 Regimento Interno do COPAM e isso influencia diretamente nas  
867 atividades que os senhores Conselheiros desempenham. Eu queria  
868 registrar nesse momento a presença do nosso Conselheiro da  
869 Associação dos Amigos do Meio Ambiente, ele conseguiu entrar na  
870 sala há pouco tempo, então registrar a presença do nosso nobre  
871 Conselheiro. Informar também aos senhores nesse período que nós  
872 tivemos aqui, a gente foi recebendo informações, a inscrição realizada  
873 pelo senhor Alexandre Stelin, que nós não conseguimos fazer a  
874 conexão da sala, eu fui informado de que havia sido feita de forma  
875 equivocada e ele não queria naquele momento fazer uso da palavra,  
876 tá? Nós temos aqui a informação de que existe o pedido para uso da  
877 palavra pelo senhor José Augusto Rodrigues Lóis, ainda no item 6 da  
878 pauta, eu vou indagar e vou aguardar por um breve momento a entrada  
879 do senhor José Augusto Rodrigues para que nós possamos passar ao  
880 nosso item seguinte. Geisa, da Secretaria Executiva SEMAD: “Posso  
881 fazer uma colocação, por gentileza? Bom dia senhores Conselheiros,  
882 bom dia a todos, primeiramente desejar boas-vindas aos senhores,  
883 apenas para complementar a apresentação, já foi até informado, a  
884 gente vai informar via *chat* também, a circunscrição das URCs não  
885 estão mais expostas no Decreto nº 46953, senhores, ela está agora no  
886 Decreto nº 47787, que traz a organização da Secretaria, é apenas para  
887 complementar e a gente vai colocar, disponibilizar no *chat* para os  
888 senhores também. Muito obrigada.” Presidente Ricardo Rodrigues de  
889 Carvalho: “Obrigado, Geisa, pelo esclarecimento, a tempo e a hora,  
890 muito obrigado pela participação. Eu faço então a indagação nesse  
891 momento da inscrição requerida pelo senhor José Augusto Rodrigues,  
892 ele está presente na sala? Estou sendo informado pela equipe de  
893 assessoria que ele fez a inscrição, mas não está estabelecendo  
894 contato conosco. Vou aguardar por mais um momento só. Estou sendo



895 informado que o senhor José Augusto também fez a inscrição, mas não  
896 deseja mais fazer o uso da palavra.” **7. PROGRAMA "DIÁLOGOS**  
897 **COM O SISEMA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE**  
898 **BARRAMENTO: PROCEDIMENTOS E POSSIBILIDADES.**  
899 **APRESENTAÇÃO SEMAD. Presidente Ricardo Rodrigues de**  
900 **Carvalho:** “Vamos então para o item 7 da nossa pauta: Diálogos com o  
901 SISEMA, com o tema regularização ambiental de barramento:  
902 procedimentos e possibilidades. Nesse tema agora, mais uma vez, eu  
903 quero desejar bom dia a todos, sejam bem-vindos ao Diálogos com o  
904 SISEMA 2020, do Noroeste de Minas Gerais, com o tema  
905 regularização ambiental de barramento: procedimentos e  
906 possibilidades. Este evento tem como objetivo promover o debate  
907 sobre temas relevantes ao meio ambiente e ampliar o âmbito de  
908 discussão sobre a temática ambiental com setores da sociedade civil.  
909 Logo, neste Diálogos com o SISEMA, iremos discutir sobre a  
910 regularização ambiental de barramentos, possibilidades e  
911 procedimentos, cujo objetivo é promover um debate em função da  
912 grande área com irrigação do noroeste mineiro, juntamente com a  
913 atividade agrossilvipastoril, cujos reflexos são diretos para a economia  
914 regional, sobretudo as das culturas anuais irrigadas. A região possui  
915 mais de 19 áreas declaradas pelo IGAM com declaração diária de  
916 conflito associada pela grande demanda no tocante ao recurso hídrico.  
917 É de conhecimento dos senhores, a gente tem um grande perímetro  
918 irrigado no nosso noroeste, juntamente com nosso município vizinho de  
919 Cristalina e o Distrito Federal, e por consequência, uma procura dos  
920 empreendedores para regularização dessas estruturas e novas  
921 intervenções, a regularização das estruturas já realizadas e novas  
922 regularizações para construção de barramentos. Por vezes, a única  
923 forma de se viabilizar as captações são através da construção dessas  
924 estruturas de barragem, que permitem a reservação de água para  
925 suprimento das necessidades nos períodos secos. Neste contexto,  
926 deve-se levar em consideração a preservação ambiental, a  
927 sustentabilidade e as medidas mitigatórias e compensatórias, além das  
928 várias medidas de controle que devem permear as autorizações e os  
929 licenciamentos dessas estruturas. O meu nome é Ricardo Rodrigues  
930 de Carvalho, como Presidente desta mesa também vou mediar as  
931 apresentações do Diálogos com o SISEMA. Solicito a todos nossos  
932 Conselheiros e aos participantes da sala *Zoom* que mantenham os  
933 microfones desligados, ok? As perguntas e respostas serão após as  
934 palestras, a gente tem na equipe da Diretoria de Educação Ambiental,  
935 o Mequias e a Sophia, que vão colher as perguntas enviadas pelos



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

936 senhores e pelo *chat* constante do *YouTube* para que, após proferidas  
937 as palestras, a gente possa fazer o bate-papo necessário e que os  
938 nossos palestrantes de hoje possam esclarecer as dúvidas  
939 eventualmente apresentadas. Os participantes poderão se manifestar  
940 colocando suas perguntas no *chat* ao lado da tela, tanto para quem  
941 está no canal do *YouTube* quanto para Conselheiros que estão na sala  
942 *Zoom*. Para darmos início às atividades, convidamos a  
943 Superintendente de Gestão Ambiental da SEMAD, a doutora Fernanda  
944 Carla Vasconcellos, representando a Diretoria de Educação Ambiental  
945 e Relações Institucionais, e a Subsecretaria de Gestão Ambiental e  
946 Saneamento para abertura. A palavra está com a senhora.” Fernanda  
947 Carla Vasconcellos, SEMAD: “Bom dia, Ricardo. Bom dia,  
948 Conselheiros, é um grande prazer poder trazer um pouquinho de  
949 conhecimento das casas do SISEMA numa renomada reunião onde a  
950 gente tem por objetivo como educação ambiental trazer um pouco do  
951 conhecimento técnico para os diferentes segmentos da nossa  
952 sociedade. O Diálogos é um evento promovido pela Diretoria de  
953 Educação Ambiental como um instrumento de gestão ambiental. Muitas  
954 vezes a gente acha que a educação ambiental é só o lúdico. Educação  
955 ambiental precisa ser técnica, precisa ter um ordenamento, precisa  
956 respeitar a legislação. O Diálogos ele estrutura uma premissa básica  
957 da educação ambiental: falar, fazer ouvir, mas também escutar, por  
958 isso é importante as perguntas, por isso também a seleção dos nossos  
959 palestrantes. Gostaria de agradecer aqui para que esse evento na  
960 modalidade virtual pudesse ocorrer, gostaria muito de agradecer o  
961 Superintendente do Noroeste, gostaria de agradecer ao moderador,  
962 Ricardo Carvalho, que está nos acolhendo, a equipe da SOC, a  
963 ABEMA, a ASCOM, da SEMAD, que sempre estão nos bastidores e  
964 nos auxiliem neste processo. Gostaria hoje também, de fazer um  
965 agradecimento especial aos nossos palestrantes, que se dispuseram a  
966 compartilhar conosco todo o conhecimento técnico que adquiriram ao  
967 longo da sua carreira profissional. Gostaria de agradecer ao palestrante  
968 Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, Diretor da Agência Reguladora  
969 de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal e ao  
970 professor Fernando Pruski, que hoje está alocado na Universidade  
971 Federal do Recôncavo Baiano. Dois palestrantes de peso, com  
972 conhecimento na área que estão à disposição e vieram compartilhar  
973 conosco o conhecimento. Eu agradeço a participação de todos, a  
974 acolhida nesta reunião e retorno a palavra ao Ricardo, muito obrigada.”  
975 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, doutora  
976 Fernanda, pelas palavras. Neste momento, é indispensável que eu faça





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

977 os devidos agradecimentos à equipe da SOC, chefiada pela Vânia, à  
978 equipe da Educação Ambiental, que vou agradecer na pessoa do  
979 Ricardo Cottini, que se esforçou arduamente nos últimos tempos da  
980 realização deste evento, e não posso deixar também de agradecer à  
981 equipe aqui da SUPRAM NOR, ao apoio, ao pessoal do operacional,  
982 aos nossos colegas do TI, o Lucélio, o Vitor, o Cleibson, a Divanir, que  
983 mesmo de férias veio nos auxiliar, a Renata que está aqui nos  
984 acompanhando e dando assessoria jurídica necessária. Agradecer  
985 profundamente, dizer ao professor Fernando e o doutor Jorge que é um  
986 sinal de prestígio a presença deles aqui, aceitando a compartilhar com  
987 a gente o conhecimento, a gente vai ter a oportunidade de beber na  
988 fonte aqui, de usufruir de um conhecimento vasto, de um longo período  
989 de experiência nessa questão hídrica, que é bastante importante para  
990 nós aqui no noroeste. Como já disse no início, a gente tem um grande  
991 perímetro irrigado aqui no noroeste, é uma atividade que é quase que  
992 uma cultura nossa aqui no noroeste, nós temos uma região com terras  
993 férteis, com boa topografia, nós temos uma luminosidade excelente, é  
994 uma região bem servida por cursos e mananciais hídricos e nós temos  
995 na SUPRAM NOR uma demanda muito grande pela regularização das  
996 estruturas construídas anteriormente e até com a questão do uso  
997 antrópico consolidado que veio com os códigos florestais federais e  
998 estaduais, e a gente tem também demandas diárias para a construção  
999 de novas barragens. Essas demandas, esses pedidos de  
1000 licenciamento, eles são avaliados aqui levando em consideração a  
1001 questão técnica, as questões legais que permeiam a autorização  
1002 dessas intervenções para construção de barramentos, nós temos  
1003 alguns procedimentos, algumas competências que são partilhadas, no  
1004 caso, com o IEF, e nesse momento até acusar a presença do nosso  
1005 Gerente de Regularização das Atividades Florestais, da GEFLOR do  
1006 IEF, o senhor César Teixeira Donato de Araújo. Obrigado pela  
1007 presença e espero que, se houver necessidade, a gente possa contar  
1008 também com sua participação e conhecimento. Mais uma vez  
1009 destacando a importância deste tema para nós aqui no noroeste, e o  
1010 Diálogos com o SISEMA é posto às regionais a possibilidade de  
1011 apontar aquela demanda que mais é pontual, aquela questão que é  
1012 sempre discutida aqui na região com o setor produtivo, com os atores  
1013 que atuam na nossa regional da SUPRAM NOR e não houve dúvida  
1014 em relação à indicação desse tema à Diretoria de Educação Ambiental  
1015 para que a gente falasse mais um pouco sobre barragem, reservação,  
1016 seus impactos e os seus desdobramentos. Eu desejo a todos uma boa  
1017 palestra, eu tenho certeza que a gente vai ter aqui uma apresentação



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1018 construtiva com o professor Fernando Pruski e com o doutor Jorge. Eu  
1019 vou passar para dar início aos trabalhos, vou passar a palavra ao  
1020 Ricardo Cottini, da Diretoria de Educação Ambiental e Relação  
1021 Institucional da SEMAD para uma apresentação institucional sobre o  
1022 programa Diálogos com o SISEMA. Xará, a palavra é sua.” Ricardo  
1023 Henrique Cottini, SEMAD: “Boa tarde para todos, já estamos iniciando  
1024 a parte da tarde, é um prazer muito grande estar com todos vocês do  
1025 noroeste, prazer rever muitas pessoas que conheço pela tela, e pelos  
1026 nomes também estão acompanhando tanto pelo *chat* do *YouTube*  
1027 como também da sala *Zoom*. Queria pedir para meu colega Miquéias  
1028 colocar a apresentação, por favor. O programa Diálogos com o  
1029 SISEMA é um programa para trabalhar a questão da educação  
1030 ambiental como toda a sociedade visando mostrar para as pessoas de  
1031 cada região a importância em discutir os assuntos, os problemas, as  
1032 necessidades, os interesses de cada região. Esse programa foi  
1033 instituído em 2017, nós estamos agora já nessa edição de número 22,  
1034 e são reuniões públicas as quais nós vamos apresentar os temas  
1035 pertinentes da região para que toda sociedade do local possa discutir e  
1036 esclarecer dúvidas, e esses temas, como foi mencionado pela nossa  
1037 superintendente Fernanda, são temas que nós buscamos informações  
1038 técnicas confiáveis para que tenham uma base, sobretudo legal dos  
1039 assuntos para as pessoas se inteirarem e participarem nas decisões  
1040 ambientais na região onde ela participa e vive seu momento, tanto  
1041 como cidadão quanto como pessoa responsável pelo desenvolvimento  
1042 local. As reuniões que nós estamos realizando, como essa aqui, ficam  
1043 gravadas, estarão disponíveis no *YouTube*, como também as pessoas  
1044 depois poderão consultar na página da SEMAD, no ícone que estiver  
1045 educação ambiental, gestão ambiental, tem o ícone Diálogos com o  
1046 SISEMA. Nessa página dentro da SEMAD estarão disponíveis as  
1047 palestras dos eventos. Para esse mês de novembro nós vamos  
1048 disponibilizar todas as palestras do mês na semana que vem, vamos  
1049 fazer uma reunião de todos os eventos que tivemos esse mês e  
1050 semana que vem estaremos publicando no *site* as palestras. O  
1051 Diálogos tem como função principal abrir espaço para debater temas  
1052 relevantes ao meio ambiente; ampliar a discussão da temática  
1053 ambiental com todos os setores da sociedade civil, público acadêmico  
1054 e ONGs. Esse item é muito importante a gente salientar a questão do  
1055 noroeste pelos movimentos que nós temos, as ONGs que nós temos  
1056 no noroeste de importância até estadual, principalmente na cidade de  
1057 Paracatu e Unaí. Também o público acadêmico das diversas  
1058 instituições de ensino que hoje nós temos no noroeste, que é uma



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1059 questão muito promissora, quem conhece o noroeste sabe dessa  
1060 questão, evoluiu muito, é uma questão que vale a pena ressaltar, o que  
1061 era o noroeste há 20 anos atrás, 30 anos atrás, e hoje, com tantas  
1062 universidades e faculdades para servirem à população. Isso é  
1063 importante, eu acho que a gente tem que relevar isso pelo avanço que  
1064 a região teve nesse sentido. Garantir a democratização das  
1065 informações ambientais e incentivar a participação da sociedade na  
1066 preservação do equilíbrio do meio ambiente e na defesa da qualidade  
1067 ambiental como exercício de cidadania. Aqui o nosso calendário dos  
1068 eventos, nós começamos no mês de outubro com o primeiro evento no  
1069 leste, fomos para Zona da Mata, Alto São Francisco, Jequitinhonha,  
1070 Triângulo Mineiro e agora estamos no Noroeste. E mês que vem  
1071 vamos finalizar com mais três eventos: Sul de Minas, Central  
1072 Metropolitana e fechando com Norte de Minas. Ressaltando aqui,  
1073 importante salientar que os temas dos Diálogos de todos os eventos  
1074 foram uma sugestão das SUPRAMs de acordo com suas necessidades  
1075 e peculiaridades, sendo aprovadas pelos nossos dirigentes do  
1076 SISEMA. É um evento organizado e realizado a várias mãos,  
1077 operacionalizado pelas SUPRAMs e coordenado pela SEMAD por meio  
1078 da Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais, com  
1079 apoio da ASSOC, ASCOM, ABEMA, palestrantes selecionados pelo  
1080 SUPRAM e validados pelos dirigentes, bem como a interlocução com  
1081 os órgãos que compõem o SISEMA de acordo com as temáticas que  
1082 são tratadas. Aqui, pessoal do *YouTube*, perguntando: “E o  
1083 certificado?”. É nesse *link*, já está aberto, estava fechado o *link*, então  
1084 vocês poderão entrar neste *link* para poder solicitar o certificado, certo?  
1085 Lembrando que ao final das palestras, nós vamos ter uma sessão de  
1086 perguntas, então eu vou pedir para vocês esperarem os palestrantes  
1087 se pronunciarem e depois se manifestarem, tanto no *chat* do *YouTube*  
1088 quanto aos Conselheiros que estão na sala *Zoom*. Manifestarem e  
1089 fazerem por escrito as perguntas, principalmente quem está na sala  
1090 *Zoom*. As perguntas deverão ser por escrito que nós estaremos  
1091 coletando as informações e vamos passar para o moderador para que  
1092 a gente faça uma seleção e possamos responder algumas perguntas,  
1093 então vamos esperar os palestrantes e depois sim começamos a lançar  
1094 as perguntas dos dois *chats*. Eu agradeço a atenção de vocês, que a  
1095 gente tenha um evento bem interessante, bem bacana, com a  
1096 participação de todos, que todos possam no final participar, expor as  
1097 suas questões para perguntas e gostaria de agradecer aqui também os  
1098 dois palestrantes que eu mantive contato durante esse período,  
1099 durante um mês, tanto com doutor Jorge quanto o professor Fernando,



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1100 agradecer vocês pela disponibilidade e atenção em sempre estar nos  
1101 atendendo. Muito obrigado.” Presidente Ricardo Rodrigues de  
1102 Carvalho: “Muito obrigado, Cottini, obrigado pelas palavras. Sem mais  
1103 demora, eu tinha mais alguns itens de esclarecimento sobre a dinâmica  
1104 e o processo dos SISEMAs, mas acho que o Cottini já deixou tudo  
1105 bastante claro em relação às perguntas, ao certificado, em como fazer,  
1106 então vamos em frente e vamos para nossa primeira palestra. Nossa  
1107 primeira palestra será ministrada pelo professor doutor Fernando Falco  
1108 Pruski. Doutor Fernando é professor da Universidade Federal do  
1109 Recôncavo Baiano e Universidade Federal de Viçosa. Professor  
1110 Fernando é pesquisador do CNPq, possui graduação em Engenharia  
1111 Agrícola pela Universidade Federal de Pelotas, Mestrado em  
1112 Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa, Doutorado  
1113 em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa e Pós-  
1114 Doutorado em conservação de solo e água e hidrologia pela Purdue  
1115 University. Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa,  
1116 atuando principalmente nas disciplinas de graduação, pós-graduação  
1117 de hidrologia, Engenharia de conservação de solo e água e  
1118 planejamento e gestão de recursos hídricos. Professor Fernando ainda  
1119 atua como consultor científico de diversos órgãos de fomento à  
1120 pesquisa e revistas científicas. É professor aposentado pela  
1121 Universidade Federal de Viçosa e atualmente ministra suas aulas como  
1122 professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Professor  
1123 Fernando Pruski, o senhor tem a palavra, muito obrigado mais uma vez  
1124 pela presença e estamos aqui acompanhando a palestra.” Fernando  
1125 Pruski, UFRB: “Bom dia todos e todas. Em primeiro lugar a palestra  
1126 está sendo disponibilizada...” Fernanda Carla Vasconcellos, SEMAD:  
1127 “Professor Fernando, as palestras, as reuniões da URC são gravadas e  
1128 depois ficam disponibilizadas no YouTube, que o senhor perguntou. E  
1129 vai ser transmitido o *Power Point* para o senhor caso o senhor precise.”  
1130 Fernando Pruski, UFRB: “Pois é, é o *Power Point* que eu estaria  
1131 precisando, porque a apresentação está baseada exatamente no uso.  
1132 Perfeito, chegou, obrigado. Então mais uma vez, bom dia, uma boa  
1133 tarde a todos, gostaria de registrar minha grande satisfação por estar  
1134 aqui presente nesse importante evento relacionado aos Diálogos com o  
1135 SISEMA para tratar da questão relacionada à regularização de vazões  
1136 e aos barramentos aos quais eles estão associados. Então obrigado  
1137 pela confiança que nos depositada pela comissão organizadora do  
1138 evento para tratar desse assunto que é muito amplo, sobre o qual  
1139 vamos particularizar em relação à alguns aspectos que a gente julga  
1140 essenciais dentro dessa análise. A alegria é imensa em contar com a





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1141 participação do ex-aluno, hoje colega, diretor, pesquisador da  
1142 EMBRAPA, diretor da ADASA, governador do Conselho Mundial da  
1143 Água, dentre outras inúmeras atividades que têm sido atribuídas ao  
1144 doutor Jorge Werneck pelo seu grande mérito, pela sua grande  
1145 iniciativa, enfim, pela sua ampla participação na área de recursos  
1146 hídricos onde também ocupou importantes funções na ADASA. E  
1147 nesse sentido, nós procuramos direcionar a nossa abordagem a um  
1148 dos aspectos que são essenciais dentro da análise correspondente à  
1149 regularização de vazões e conseqüentemente dos barramentos a eles  
1150 associados, que constitui a regularização de vazões como práticas  
1151 para otimizar o planejamento e gestão de recursos hídricos. Como  
1152 qualquer assunto que se aborde ou se analise no contexto da nossa  
1153 vida, se tem que ter alguns princípios básicos norteadores. E o  
1154 princípio básico no qual vai estar suportada essa nossa análise é de  
1155 que toda atividade humana gera impacto. Nos diversos segmentos da  
1156 nossa vida, do nosso cotidiano, se gera impacto. Na área de recursos  
1157 hídricos, um conceito que tem sido muito utilizado para essa  
1158 caracterização do impacto é referido à questão da pegada hídrica.  
1159 Acho que tem um microfone aberto, se não me engano tem um  
1160 microfone aberto. E a pegada hídrica é caracterizada como um volume  
1161 de água usado durante, para a produção de um determinado bem ou  
1162 realização de um determinado serviço. Ele pode ser aplicado, conforme  
1163 acabamos de mencionar, no que diz respeito à produção de um bem, a  
1164 realização de um serviço, pode ser aplicado a uma determinada área  
1165 de abrangência, seja ela um município, um estado, uma bacia ou um  
1166 país, e pode ser aplicado também a um conjunto de pessoas,  
1167 população de um país, de uma bacia, ou individualmente a uma  
1168 pessoa. E é a essa análise que nós vamos nos ater nesse momento.  
1169 Nós temos que a pegada hídrica de uma pessoa é composta  
1170 essencialmente pela soma de duas pegadas hídricas ditas direta e  
1171 indireta. A pegada hídrica direta está diretamente associado ao  
1172 consumo de água utilizado em nível domiciliar, envolvendo, portanto, a  
1173 água para dessedentação, para cocção de alimentos, para higiene  
1174 pessoal, diluição de efluentes, e que normalmente é tomada por um  
1175 valor da ordem de 150 a 200 L/hab/d. E normalmente quando se faz  
1176 análises do nosso impacto em relação À demanda de recursos  
1177 naturais, mais especificamente a água, as estimativas são feitas com  
1178 base nessa ordem de magnitude, de 150 a 200 L/hab/d. Entretanto, se  
1179 associarmos a esse valor de uso doméstico a dita pegada hídrica  
1180 indireta, que envolve toda aquela água requerida em função de outros  
1181 bens, em função de outros recursos necessários para nossa



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1182 subsistência, com especial destaque para questão da alimentação,  
1183 mas também envolvendo o consumo industriais, ao uso de vestuário,  
1184 produção de combustíveis, ela é estimada em um nível mundial na  
1185 faixa de 3800 L/hab/. Se tomarmos apenas a média brasileira, temos  
1186 um valor da ordem de 5500 L/hab/d. Daí as grandes diferenças entre  
1187 aquele valor que normalmente tomamos como base e que recebemos  
1188 na nossa propriedade, em nível residencial, de 150 a 200 L/hab/d, para  
1189 uma quantidade de água requerida para produção de todos os bens na  
1190 ordem de 5500 L/hab/d. Só para termos uma ideia, onde nós temos  
1191 aqui que, por exemplo, para produção de um quilo de carne de boi são  
1192 requeridos cerca de 15500 litros de água por quilo de carne bovina  
1193 produzida. Essa é apenas uma análise preliminar para nós  
1194 contextualizarmos a nossa situação, mas esse não é o nosso objeto  
1195 focal de tal forma que nós podemos passar em frente. Associando a  
1196 essa demanda de água, esse requerimento de água que cada um de  
1197 nós tem, a alta taxa de crescimento populacional evidenciada nos  
1198 últimos anos, sobretudo nos últimos 80, 100 anos, e projetada para um  
1199 futuro próximo, fica evidente a necessidade do aumento de uso de  
1200 alguns insumos, dentre os quais a água, e há o aumento da produção  
1201 de alimentos. Projeções da UNESCO, de 2015, existem projeções mais  
1202 recentes, contam que a garantia da segurança alimentar constitui um  
1203 grande desafio para atender à necessidade do aumento da produção  
1204 de alimentos, estimado em 60% até 2050. Como consequência, nós  
1205 teremos a necessidade de uso mais intensivo das fronteiras agrícolas  
1206 hoje já utilizadas, ou a ampliação de novas fronteiras agrícolas. Ambas  
1207 alternativas apresentam também a ela associadas alguns riscos.  
1208 Dentre os inúmeros riscos existentes, existe o risco do aumento do  
1209 processo erosivo, existe o risco de assoreamento e poluição dos  
1210 reservatórios e a tão falada escassez hídrica. Esses são alguns dos  
1211 riscos decorrentes justamente desse aumento da intensificação do uso  
1212 da água para atender as demandas pela produção de alimentos. Neste  
1213 contexto, a gente vislumbra irrigação como uma prática tecnológica  
1214 para atender o aumento da produção de alimentos em função das  
1215 informações que já são do conhecimento, mas ressaltadas na literatura  
1216 já há muito tempo, inclusive em um relatório da ONU. Esse relatório da  
1217 ONU, já de mais 10 anos atrás, mostra que 275 milhões de hectares  
1218 irrigados, correspondentes a cerca de 20% das terras cultivadas,  
1219 garantiam 40% da produção agrícola mundial. E esse é um princípio  
1220 que a gente defende de uma forma muito enfática, a irrigação constitui  
1221 na prática tecnológica que, aí muito destaque a essa expressão:  
1222 quando bem usada, permite o maior aumento de produtividade com o



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1223 menor impacto ambiental. Reitero: quando bem usada. O que constitui,  
1224 a que se refere esse quando bem usada? Se refere ao fato da  
1225 adequação do uso da água pela irrigação não estar condicionada  
1226 apenas ao aumento da eficiência do sistema de irrigação em um nível  
1227 de propriedade, não constitui somente em aumentar-se a eficiência de  
1228 um sistema de irrigação de 80% para 85% ou 90%, temática que é  
1229 muito discutida na atualidade, mas sobretudo, ao uso da irrigação, ao  
1230 uso deste segmento usuário correspondente a irrigação em locais que  
1231 a disponibilidade é suficiente para suprir a demanda. O que acontece?  
1232 Desde a minha época de graduação, que lá se vão longos anos, muito  
1233 se fala nas questões relacionadas à quando e quanto irrigar. Aspectos  
1234 muito importantes e que estão diretamente relacionados ao clima, ao  
1235 solo, à cultura, mas precisa se ampliar essa discussão à questão  
1236 relacionada ao onde. E esse onde, para se responder a essa questão  
1237 do onde, há necessidade de se poder justamente disponibilizar uma  
1238 análise conjunta entre disponibilidades e demandas. Entramos na  
1239 questão da escassez hídrica. O que vem a ser a escassez hídrica? Ela  
1240 é caracterizada por situações em que a disponibilidade é insuficiente  
1241 para atender as demandas e manter as condições ambientais  
1242 necessárias. Então eu tenho diversos exemplos em que eu tinha uma  
1243 situação confortável em relação à disponibilidade de água e seu  
1244 balanço em relação às demandas, mas que pela progressão das  
1245 demandas ou eventuais reduções da disponibilidade, essa situação  
1246 sofreu uma reversão. Os exemplos são inúmeros, mas o tempo é  
1247 insuficiente para citá-los. De tal forma que para uma devida  
1248 caracterização da existência da escassez, é essencial a análise  
1249 conjugada das disponibilidades e sua avaliação em conjunto com as  
1250 demandas. E nesse sentido, é importante diferenciar dois tipos de  
1251 disponibilidade: a disponibilidade dita natural, que gera condições  
1252 correspondentes à gestão ao fio d'água e que é avaliada pelas vazões  
1253 mínimas, e a disponibilidade potencial, que apresenta como valor  
1254 limite, que é representada pela vazão média, de longa duração, e que,  
1255 portanto, está, em geral, associadas às condições de regularização.  
1256 Nossa temática de reservatórios e regularização, já vamos chegar a  
1257 essa temática, mas, conforme mencionado, o que nós precisamos? De  
1258 uma análise simultânea de disponibilidades e demandas. De uma  
1259 avaliação das condições a fio d'água e das condições com  
1260 regularização. No que tange à questão da disponibilidade a fio d'água,  
1261 é muito importante a gente considerar à questão relacionada à  
1262 sazonalidade de vazões que apresentam uma grande potencialidade  
1263 no contexto do planejamento e gestão de recursos hídricos, e é aí



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1264 também importante dizer que em condições que eu não tenha uma  
1265 grande variação das vazões ao longo do tempo, também representam  
1266 condições em que o uso da regularização de vazões apresentam um  
1267 potencial muito mais limitado. Nós temos um exemplo correspondente  
1268 à Fazenda Limoeiro, na Bacia do Paracatu, onde temos a identificação  
1269 pela linha horizontal da Q7,10 anual, e pelas barras verticais as Q7,10  
1270 mensais. Então o que pode se observar nessa figura? Uma grande  
1271 variação das disponibilidades hídricas sazonais ao longo da Bacia do  
1272 Paracatu. Muitos céticos, muitas pessoas diriam: “Mas o aumento da  
1273 disponibilidade é justamente naqueles meses que mais chovem”. E aí a  
1274 argumentação vem no *slide* subsequente. Esse *slide* subsequente  
1275 relacionado às diferenças entre os períodos de menor disponibilidade e  
1276 maior demanda pela irrigação, ele mostra pela linha vermelha os  
1277 aumentos de disponibilidade existentes quando da substituição do  
1278 critério da vazão mínima, da Q7,10 mínima anual pela Q7,10 mínima  
1279 mensal. E a linha azul representa a precipitação média em uma  
1280 estação situada dentro dessa área de drenagem correspondente à  
1281 Fazenda Limoeiro. O que nós pudemos observar com muita clareza?  
1282 Em alguns meses, como por exemplo abril, maio, junho, julho, nós  
1283 temos uma grande demanda de água pela irrigação, decorrente  
1284 exatamente do fato de que em função das baixas precipitações, nós  
1285 vamos ter um grande *déficit* de água, ou seja, uma grande quantidade  
1286 de água a ser aplicada pela irrigação. Em contraposição, temos  
1287 aumentos de disponibilidade hídrica representadas pelo uso do critério  
1288 sazonal em meses como abril de mais de 200%, em meses como maio  
1289 de mais de 150%. Em contrapartida, os meses com menor aumento  
1290 nessa disponibilidade hídrica, como por exemplo outubro e novembro,  
1291 são meses em que a demanda de água pela irrigação, em nível de  
1292 propriedade, já sofre uma redução em função do início da precipitação  
1293 que, contudo, ainda não chegou a garantir o reumidecimento da zona  
1294 aerada do solo e recarga do lençol freático para o aumento das vazões  
1295 mínimas. Só essa discussão já tomaria realmente um tempo muito  
1296 vasto que nós não temos aqui, mas estamos à disposição para  
1297 qualquer outro tipo de discussão. Seguindo, nós entramos com os  
1298 reservatórios de regularização, e os reservatórios de regularização,  
1299 assim como aquele princípio básico que foi colocado anteriormente,  
1300 eles também causam impacto, assim como causa impacto a nossa  
1301 forma de viver, a urbanização, a industrialização, a agricultura e a  
1302 irrigação, os reservatórios também causam impactos. Então algumas  
1303 etapas são essenciais no sentido da busca do uso correto desses  
1304 reservatórios de regularização em situações em que eles realmente





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1305 são necessários. Fica uma mensagem: qualquer tipo de generalização  
1306 de que reservatórios de regularização são a solução para todas as  
1307 situações ou não devem ser utilizados em nenhuma situação, é uma  
1308 generalização totalmente inoportuna. Ela deve avaliar um conjunto de  
1309 fatores. Qual é a recomendação de uso desses reservatórios de  
1310 regularização? Em condições em que a gestão a fio d'água, incluindo  
1311 as alternativas como a consideração das disponibilidades sazonais, é  
1312 insuficiente para atender as demandas. Em primeiro lugar, é importante  
1313 se avaliar se em condições a fio d'água, flexibilizando disponibilidades  
1314 ao longo do tempo, se teria condições de atender as demandas. Lógico  
1315 que, como nós vamos ver na frente, essa é uma solução que se  
1316 apresenta como uma alternativa viável em casos mais brandos de  
1317 disponibilidade. Uma questão, um conceito fundamental que a gente vê  
1318 em muitas discussões: um reservatório de regularização não produz  
1319 água. Um reservatório de regularização não é um gerador de água,  
1320 pelo contrário, se a gente for analisar no contexto do volume total  
1321 potencial de ser utilizado em função do aumento da superfície  
1322 evaporante decorrente do espelho de água formado pelo reservatório,  
1323 ele tende até a diminuir a vazão média de regularização. Um  
1324 reservatório de regularização permite uma redistribuição temporal da  
1325 disponibilidade de água, que esteja mais afeta às necessidades do  
1326 setor demandante. Então essa questão é muito importante, reservatório  
1327 de regularização não aumenta o volume de água produzido, ele  
1328 permite, como o nome fala, uma distribuição mais planejada no que diz  
1329 respeito à questão da água. Como colocado anteriormente, como  
1330 colocado como princípio básico, logicamente que os reservatórios de  
1331 regularização não são diferentes das outras atividades. São associados  
1332 inúmeros impactos. Nós aqui colocamos alguns dos impactos mais  
1333 frequentemente citados e não vamos entrar no mérito dessas  
1334 discussões, mas também, em contrapartida, geram benefícios, também  
1335 tem, associado a eles, benefícios. O que eu diria como principal  
1336 benefício associado ao uso dos reservatórios de regularização é o  
1337 aumento da disponibilidade de água permissível para outorga. Nós  
1338 temos aqui que a vazão disponível para outorga numa sessão  $i$ , num  
1339 momento  $t$ , então a vazão disponível para outorga nessa sessão vai  
1340 representar um percentual da vazão de referência utilizada, menos o  
1341 somatório das vazões já outorgadas a montante. Essa é uma equação  
1342 genérica que caracteriza as condições de disponibilidade de água para  
1343 fins de concessão de outorga. Aí está o grande benefício advindo dos  
1344 reservatórios de regularização, porque enquanto nas condições ditas a  
1345 fio d'água, de gestão a fio d'água, a vazão permissível, a vazão de



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

1346 referência utilizada para fins de concessão de outorga e a vazão  
1347 mínima para as condições com regularização é a vazão média. Então  
1348 nós temos uma migração da vazão de referência nas condições a fio  
1349 d'água da vazão mínima para as condições de regularização com a  
1350 vazão média, e vamos ver a implicação dessa diferença no âmbito da  
1351 Bacia do Entre Ribeiros, que está situada na região noroeste. Nós  
1352 temos que para a bacia do Entre Ribeiros, estão aqui representadas as  
1353 variações espaciais da relação da vazão média de longo termo e a  
1354 Q7,10. As vazões mínimas de longo termo representam magnitudes  
1355 que vão de 8,3 a 9 vezes a vazão mínima utilizada como base de  
1356 referência para concessão de outorga. Se isso não fosse suficiente, se  
1357 esse aumento da disponibilidade potencial de água não fosse suficiente  
1358 para justificar um melhor aproveitamento econômico, social, para  
1359 desenvolvimento regional do uso da água, eu diria que pelos critérios  
1360 que são utilizados pelo órgão gestor de recursos hídricos no Estado de  
1361 Minas Gerais, o que passa a acontecer é que o volume de água  
1362 permissível para outorga em condições com regularização é de cerca  
1363 de 16 a 17 vezes maior do que o volume de água permissível para  
1364 concessão de outorga em condições a fio d'água. Lógico que esses  
1365 dados estão sendo citados para a Bacia do Entre Ribeiros, para as  
1366 condições do Paracatu, em outras bacias essas variações, em funções  
1367 dos critérios de outorga utilizados, essas variações vão encontrar  
1368 magnitudes diferentes, normalmente menores do que essa de ordem  
1369 de grandeza que eu passei para vocês de tal modo que eu não  
1370 recomendo essa generalização. Vejam bem, um reservatório de  
1371 regularização causa impactos? Sim. Benefícios? Sim. Qual principal  
1372 benefício que nós temos? O grande aumento da disponibilidade  
1373 potencial de uso da água para desenvolvimento econômico, social e  
1374 regional, mas diversos cuidados devem ser tomados na avaliação, na  
1375 análise da necessidade do reservatório e no correto dimensionamento  
1376 desses reservatórios de regularização. Um aspecto muito importante a  
1377 ser considerado é a correspondente ao volume de reservatório x a  
1378 relação da vazão regularizada sobre a vazão média. O que a gente  
1379 observa? Que o volume do reservatório cresce de uma forma muito  
1380 acentuada, de uma forma praticamente exponencial, à medida que a  
1381 relação entre vazão regularizada e vazão média vai se aproximando da  
1382 unidade. De tal forma que regularizar vazões muito próximas da vazão  
1383 máxima potencial, máxima teórica de regularização, que seria a vazão  
1384 média de longa duração, e a gente tem estudos para a Bacia do  
1385 Paracatu, em função de questões relacionadas à própria evaporação  
1386 na superfície livre do reservatório, não é recomendável se buscar



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1387 regularização de relações de vazão regularizada sobre vazão média  
1388 superiores a 0,7 implica em um grande volume de água de  
1389 armazenamento e conseqüente aumento de área inundada, aumento  
1390 do custo de construção do reservatório de regularização, ou seja, um  
1391 dimensionamento correto pode minimizar muitos efeitos advindos  
1392 dessa construção ou maximizar a relação entre benefícios e custos.  
1393 Alternativas para minimizar o impacto da construção dos reservatórios:  
1394 nós viemos trabalhando ao longo de mais de 10 anos no nosso grupo  
1395 de pesquisa, maior parte dos estudos estão disponibilizados na forma  
1396 de trabalhos publicados, de dissertações, teses, alguns até já quase  
1397 disponibilizados na forma de *softwares*, justamente voltados para essas  
1398 alternativas, para minimização do impacto da construção de  
1399 reservatórios, porque acho que a gente fica nesse contexto da  
1400 generalização: “É importante construir reservatório ou não é  
1401 importante?”. É uma discussão que deve ser provida de uma  
1402 argumentação e de uma análise particular. Em algumas sessões, a  
1403 construção do reservatório vai ser a melhor solução, em outras  
1404 situações provavelmente eu nem precise usar o reservatório de  
1405 regularização ou um reservatório de menores dimensões atenderia  
1406 perfeitamente as demandas, causando menor tipo de impacto. Nós  
1407 temos aqui justamente esse aspecto que nós colocamos, que o grande  
1408 desafio consiste na correta avaliação da necessidade e adequado  
1409 dimensionamento dos reservatórios de regularização, e para tanto, no  
1410 que diz respeito ao dimensionamento adequado dos reservatórios,  
1411 temos buscado metodologias para o aprimoramento do processo de  
1412 dimensionamento e da própria operação dos reservatórios de  
1413 regularização. De que forma? Pelo desenvolvimento de metodologias,  
1414 a maior parte das metodologias usadas para dimensionamentos  
1415 reservatórios advém da hidrologia clássica de dimensionamento de  
1416 grandes obras hidráulicas, de tal forma que se tem dificuldade de  
1417 dimensionamento de reservatórios em sessões em que não se dispõe  
1418 das séries fluviométricas de vazões nas sessões de interesse, o que,  
1419 cá pra nós, é a maior parte das situações. Quase que a generalização  
1420 das situações correspondentes aos reservatórios com finalidade do  
1421 suprimento de água para irrigação, além do fato de que essas  
1422 metodologias de dimensionamento elas normalmente não consideram  
1423 as variações sazonais para essas condições. Isso tem sido feito, em  
1424 geral, por intermédio da análise integrada com estudos de  
1425 regionalização que tem sido uma área a qual nós temos nos dedicado  
1426 há mais de 15 anos. Alguns exemplos dessas práticas que estão sendo  
1427 utilizadas, logicamente que só a título de exemplificação, nós



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1428 precisaríamos entrar em um detalhamento muito maior, mas para tanto  
1429 tem se utilizado a criação de séries sintéticas ditas temporais. Séries  
1430 espaciais, justamente para gerar os hidrogramas de escoamento,  
1431 recurso essencial para o projeto de um reservatório de regularização  
1432 em sessões onde se pretende construir os reservatórios de  
1433 regularização, e pelo aprimoramento do processo de consideração da  
1434 evaporação do reservatório, além da análise das condições e do tempo  
1435 de enchimento do reservatório. Como última observação dentro dessas  
1436 metodologias, a necessidade da consideração das diferenças  
1437 expressivas nas condições de dimensionamento entre os reservatórios  
1438 *in stream* e *off stream*. Reservatórios convencionais, normalmente  
1439 utilizados, associados à hidrografia, e os *off stream*, mais comumente  
1440 caracterizados como piscinões. Essas diferenças precisam ser  
1441 consideradas no dimensionamento, mas em função de que já estão  
1442 associadas às próprias diferenças conceituais relacionadas à sua  
1443 forma de operação. Enquanto os reservatórios *in stream*, associados à  
1444 hidrografia, devem ser dimensionados considerando a disponibilidade  
1445 potencial, portanto, associado à vazão média, a parcelas da vazão  
1446 média. Os reservatórios *off stream*, eles devem ser considerados de  
1447 acordo com a disponibilidade natural. Portanto, é um tema muito vasto,  
1448 muito amplo, que a gente procurou trazer alguns aspectos que possam  
1449 nos permitir a busca por caminhos que evitem a generalização e  
1450 deixamos aqui como recomendações ou considerações finais alguns  
1451 aspectos que foram mencionados na apresentação, mas a gente  
1452 gostaria de dar um maior destaque. A necessidade preliminar quando  
1453 do projeto de um reservatório de regularização. A necessidade de  
1454 análise preliminar conjunta das disponibilidades e demandas hídricas;  
1455 diferenças expressivas existentes no tratamento de duas situações: a  
1456 fio d'água e com regularização; a importância da correta avaliação da  
1457 necessidade e do adequado dimensionamento dos reservatórios e de  
1458 regularização, a adequada capacidade desses reservatórios; e as  
1459 diferenças expressivas que devem ser consideradas no  
1460 dimensionamento e nas condições de operação *in stream* e *off stream*.  
1461 Eu agradeço a oportunidade de falar sobre um assunto tão importante,  
1462 tão abrangente, nós procuramos sintetizar em um tempo de 30  
1463 minutos, peço desculpas por ter excedido um pouco esse tempo, mas é  
1464 uma temática muito ampla, muito importante e que, sem dúvida  
1465 nenhuma, o correto uso dos reservatórios sem esses pragmatismos e  
1466 essas contraposições trará grandes benefícios. Está aí meu *e-mail* para  
1467 contato e na sequência está apresentado o endereço do nosso *site*,  
1468 onde a gente disponibiliza alguns vídeos, uma série de informações





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1469 relacionadas ao nosso trabalho. Muito obrigado mais uma vez e  
1470 desculpe ter excedido o tempo estabelecido.” Presidente Ricardo  
1471 Rodrigues de Carvalho: “Nós agradecemos sua apresentação,  
1472 professor Fernando Pruski, muito obrigado. Vamos agora para a  
1473 próxima palestra, nós vamos passar a palavra agora ao ilustríssimo  
1474 doutor Jorge Enoch Furquim Werneck Lima. Doutor Jorge é Diretor da  
1475 Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do  
1476 Distrito Federal, a ADASA-DF. É Engenheiro Agrícola pela  
1477 Universidade Federal de Viçosa, Mestre em Irrigação e Agroambientais  
1478 pela Faculdade de Agronomia da Universidade de Brasília, Doutor em  
1479 Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos pelo Departamento de  
1480 Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília, pesquisador  
1481 em Hidrologia da EMBRAPA Cerrados, consultor da Organização  
1482 Mundial de Meteorologia, lotado na Superintendência de Estudos e  
1483 Informações Hidrológicas da ANEEL. Presidente do Comitê de Bacias  
1484 do CBH Paranoá, Diretor de Coordenação Técnica da Associação  
1485 Brasileira de Recursos Hídricos, Vice-Presidente da Associação  
1486 Brasileira de Recursos Hídricos e membro da *International Steering*  
1487 *Committee* e Vice-Presidente da Comissão Temática do 8º Fórum  
1488 Mundial da Água. Autor de mais de 200 publicações, participação em  
1489 mais de 20 projetos de pesquisa como coordenador ou membro da  
1490 equipe. Editor Associado de duas revistas científicas, a Revista  
1491 Brasileira de Recursos Hídricos. Doutor Jorge, a palavra é com o  
1492 senhor.” Jorge Werneck, ADASA-DF: “Bom, muito obrigado, muito  
1493 obrigado ao Ricardo Presidente e o Ricardo que nos procurou para que  
1494 a gente pudesse estar aqui nesse dia. Para mim é sempre uma honra  
1495 participar de eventos em Minas Gerais, eu que sou um Furquim  
1496 Werneck, e quem é de BH deve conhecer alguma coisa relacionada  
1497 aos Furquim Werneck, e quem não é de BH pelo menos já ouviu falar  
1498 de Hugo Werneck, que tem um prêmio grande em Minas Gerais, que  
1499 era irmão do meu avô, apesar de eu ser carioca e estar em Brasília  
1500 hoje. E outra honra é participar do evento com meu professor Pruski,  
1501 nos conhecemos há pelo menos 25 anos nessa estrada sobre recursos  
1502 hídricos e com quem vocês puderam ver, eu tive a oportunidade de  
1503 aprender muito para chegar até aqui. A minha palestra vai ser, a gente  
1504 combinou até antes do Pruski falar, um pouco mais da parte técnica e  
1505 eu entrar um pouco mais nas questões de outorga e licenciamento.  
1506 Talvez fosse melhor até uma pessoa da área do direito para falar sobre  
1507 o tema, porque tem muita legislação, eu gosto de apresentação cheia  
1508 de figura e com equação, como o Pruski apresentou, mas nós  
1509 precisamos falar também das leis. Eu já começo trazendo na



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

1510 apresentação, e eu acho que meu tempo é bom que eu seja bem breve  
1511 porque nós estamos já passando da hora do almoço, então começo  
1512 ressaltando essa questão da regularização ambiental de barramentos:  
1513 procedimentos e possibilidades. Quase toda reunião que eu tenho  
1514 participado sobre esses temas, eu tenho levantado o seguinte: nós  
1515 temos a discussão de recursos hídricos, se é meio ambiente ou se não  
1516 é meio ambiente, porque nós temos leis diferentes, temos lei ambiental,  
1517 leis de recursos hídricos, lei de saneamento, lei de uso e ocupação do  
1518 solo, e todas elas são diferentes, são independentes, têm sistemas  
1519 independentes na maioria das vezes, com uma grande necessidade de  
1520 articulação, por isso que eu acho que é um primeiro conceito  
1521 importante de se ter na cabeça, apesar de em Minas Gerais vocês  
1522 terem algo bastante integrado, nem sempre é assim e eu vou avançar  
1523 dentro do caso obviamente do Distrito Federal para que vocês  
1524 entendam o que é feito aqui, façam um paralelismo com o que  
1525 acontece Minas Gerais para que a gente possa efetuar um bom debate  
1526 depois. Vou falar basicamente de licenciamento, outorga e segurança  
1527 de barragens. Lembrando esse homenzinho que está aí do lado, que é  
1528 o empreendedor, o irrigante, ou o cara da mineração, quem quer que  
1529 seja, que está aí com o relóginho correndo ao lado dele e buscando  
1530 uma resposta do estado para saber se pode ou não continuar com seu  
1531 licenciamento. Em relação à nossa resolução da ADASA, que  
1532 estabelece os procedimentos gerais para requerimento e obtenção de  
1533 registro e outorga para implementação e regularização de barragens  
1534 em corpos de água de domínio do Distrito Federal e em outros  
1535 delegados pela União. E no caso do Distrito Federal, nós temos a  
1536 delegação da Agência Nacional de Águas para outorgar em rios,  
1537 mesmo em rios federais aqui dentro do Distrito Federal, em função de  
1538 toda a estrutura que a gente tem na ADASA, que é o órgão gestor de  
1539 recursos hídricos, para cumprir tal missão. A gente está no processo de  
1540 estudar, inclusive, o repasse da própria fiscalização, mas eu não quero  
1541 fiscalizar as grandes barragens, nós temos três grandes barragens  
1542 aqui, ou barragens maiores, duas delas estão sob a carga da ANA de  
1543 fiscalização e uma sob carga da ANEEL, que é para geração de  
1544 energia elétrica, justamente a do lado Paranoá. Esta Resolução tem o  
1545 objetivo de regular os procedimentos gerais, diretrizes e critérios para  
1546 requerimento e obtenção de registro, outorga prévia e outorga de  
1547 direito de uso de recursos hídricos para implantação e regularização de  
1548 barragens, levando-se em consideração as estruturas hidráulicas, os  
1549 reservatórios e as áreas das bacias contribuintes dos barramentos. O  
1550 que é outorga, o que é outorga prévia, salvo engano aí em Minas



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1551 Gerais vocês chamam de outorga preventiva, acho que é mais ou  
1552 menos no mesmo rumo. Antes da pessoa iniciar todo o processo, ela  
1553 pergunta se terá água disponível para o empreendimento futuro. Eu  
1554 queria registrar que, inclusive, quando a gente dá uma outorga prévia,  
1555 isso já entra dentro do nosso cadastro, eu vou mostrar no finalzinho  
1556 isso, no nosso cadastro, e essa água fica por um período específico  
1557 estabelecido na norma, meio que reservado para esse  
1558 empreendimento. Outra coisa que a gente teve de definir de maneira  
1559 muito clara é quem é o empreendedor. Nós aqui no Distrito Federal  
1560 temos em torno de 300 barragens, todas elas muito pequenas,  
1561 lembrando que o Distrito Federal está numa região de nascentes, a  
1562 gente verte para o São Francisco, junta com vocês pela Bacia do Rio  
1563 Preto, mas também vertemos água no quadrado para a Bacia do  
1564 Tocantins e para a Bacia do Paraná, que é a grande Bacia do Prata,  
1565 então estamos em uma região de nascente, nossos rios são muito  
1566 pequenos, a gente basicamente só tem córregos, então é uma situação  
1567 muito difícil. Os próprios barramentos podem, de fato, barrar  
1568 facilmente, às vezes com um saco de cimento ou saco de areia você  
1569 consegue barrar um rio aqui no Distrito Federal. Só voltando no  
1570 empreendedor, a gente teve que definir isso muito claramente, por que  
1571 quem é responsável pela barragem? Quem vai pedir a outorga? Tem  
1572 barragens que foram construídas há 30, 40 anos, quem é o dono  
1573 disso? Então a gente precisou dar o endereçamento e dizer quem faz  
1574 uso, ou quem está dentro da área, dizendo quem é o empreendedor de  
1575 fato, de quem a gente vai cobrar esse tipo de ação. Se não tiver  
1576 empreendedor, a barragem corre o risco, inclusive, de ser desfeita.  
1577 Lembrando que as barragens não são muito grandes, são pequenas.  
1578 Para os usos de águas superficiais, ainda dentro da legislação de  
1579 outorgas, ficam estabelecidos, para o somatório das vazões a serem  
1580 outorgadas em um mesmo curso de água, os seguintes limites  
1581 máximos: até 80% das vazões regularizadas, dos lagos naturais ou de  
1582 barramentos implantados em mananciais perenes. Lembrando que o  
1583 máximo regularizável ou potencial, como já disse o Pruski, é a média. E  
1584 as nossas médias aqui são pequenas, então no que pese a fala do  
1585 Pruski, vou me referir muito a ela, para juntar a legislação com a parte  
1586 técnica, no que pese a gente poder chegar até a média, a média aqui é  
1587 pequena, porque os rios são pequenos, então mesmo que  
1588 percentualmente eu tenha um grande aumento em relação à vazão  
1589 passível de outorga, quando você vai, em termos absolutos, essa  
1590 vazão não é tão grande assim, então tem que ser muito pensado  
1591 também quando você concede uma outorga para barramento aqui



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1592 dentro do Distrito Federal. E nos casos onde você tem abastecimento  
1593 urbano, você pode aumentar o tal do limite de 80% para 90% da vazão  
1594 de referência, e nos casos do inciso II, que é até 80%, a vazão  
1595 remanescente será definida no despacho de outorga, nunca podendo  
1596 ser inferior aos 20% das vazões regularizadas. Uma coisa casa com a  
1597 outra, mas é importante ter em mente esse conceito de vazão  
1598 remanescente, eu não posso barrar o rio inteiro. Sempre lembrando,  
1599 também, um conceito também que tem sempre alguém rio abaixo,  
1600 então por menor que seja o rio ou a captação, você pode estar  
1601 indisponibilizando água para quem está abaixo. A regra de operação é  
1602 outra coisa importante dentro dos reservatórios, e a gente adota uma  
1603 prática aqui, obviamente não em todos os reservatórios, só nesses  
1604 reservatórios maiores, uma regra de operação muito clara para os  
1605 nossos reservatórios. Essa curva que vocês estão vendo aí, a gente  
1606 começou a fazer no período de crise hídrica, e isso aí, essa curva que  
1607 vocês estão vendo, mostra qual o nível, é uma referência de nível  
1608 mínimo do reservatório, não significa exatamente o nível mínimo. Se o  
1609 dado observado bater nessa curva não é para todo mundo entrar em  
1610 desespero, é só para dizer que o órgão gestor está de olho e que pode  
1611 a qualquer momento acontecer algum tipo de restrição ao uso da água.  
1612 Pode acontecer, não quer dizer que vai. É uma curva de referência  
1613 para apoio à gestão de recursos hídricos. A gente usa nos nossos  
1614 principais reservatórios de abastecimento, a gente tem um sistema de  
1615 acompanhamento também, nossos sistema de informação de recursos  
1616 hídricos, que apresenta esses dados diariamente, qual o nível do  
1617 reservatório, qual seu volume útil no dia de hoje, então vocês estão  
1618 vendo um exemplo da tabela aí embaixo. Se vocês entrarem no site da  
1619 ADASA, no sistema de informações, vocês terão acesso a isso em  
1620 tempo real. A gente apresenta aqui como é que é o planejado x o  
1621 observado, e vejam que teve um 5.3, chegou a 5.3 esse nível mínimo.  
1622 Tem uma linha laranja que é a linha de referência, e o azul é o  
1623 observado. Quando a gente faz essas curvas e divulga essas curvas?  
1624 Sempre no final do período chuvoso, o regime aqui é igual ao de vocês,  
1625 nós estamos todos no mesmo balaio em termos climáticos, em termos  
1626 de produção hídrica também sempre muito próximo, mas com uma alta  
1627 variabilidade de bacia para bacia, mas vejam que a gente tem uma  
1628 ferramenta de gestão importante para esses nossos reservatórios.  
1629 Vejam o reservatório do descoberto, que é o nosso principal  
1630 reservatório de abastecimento, como ele não é grande, esse é o  
1631 tamanho ele, está na tela, na imagem, e isso é noticiado na mídia,  
1632 acompanhado na mídia, isso tem um papel de educação ambiental





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1633 muito importante. A sociedade do Distrito Federal passou a se importar  
1634 depois da crise hídrica com quanto de água tem disponível, se está  
1635 tudo bem, se está tudo mal, e isso foi pra mídia, está todo dia no jornal:  
1636 de manhã, de tarde e de noite dizendo como estão os níveis do  
1637 reservatório e como estão em relação às previsões ou à curva de  
1638 referência elaborada pela ADASA. Pela ADASA, mas não sozinha pela  
1639 ADASA, isso é discutido, tem comitês específicos para discutir isso  
1640 entre os principais usuários e sociedade civil também para definição  
1641 dessas curvas de referência. Em termos de outorga, a gente tem as  
1642 micro barragens, que são só de registro, as pequenas barragens, as  
1643 médias e as grandes, que são de outorga prévia e outorga de direito de  
1644 uso. Precisa de laudo técnico, e ainda tem o plano de segurança de  
1645 barragem, quem faz isso é a ADASA, então vai dentro da outorga  
1646 diante de uma resolução bem recente que a gente publicou  
1647 acompanhando a política nacional de segurança de barragens. Em  
1648 relação à segurança de barragem, temos uma Resolução que  
1649 regulamenta com base na Lei Federal, na política federal, tentando  
1650 adaptar isso à realidade do Distrito Federal. É uma lei que, para nós  
1651 aqui, tem uma baixíssima aplicabilidade, porque as barragens são  
1652 pequenas, porque elas não se enquadram, em geral, a gente tem uma  
1653 ou duas que se enquadram, das que estão na carga da ADASA, tirando  
1654 as duas que estão na carga da ANA e a que está na carga da ANEEL.  
1655 Então ela regulamenta todas essas necessidades do plano de  
1656 segurança de barragem, das inspeções, da revisão periódica do plano,  
1657 do plano de emergência e tudo mais. O que traz a Resolução, fala  
1658 sobre o sistema de classificação, essa classificação de categoria de  
1659 risco e dano potencial das barragens, traz a matriz, como isso é feito, o  
1660 próprio plano, o que tem que contar, qual prazo. Mesma coisa para as  
1661 inspeções, inspeção de segurança regular e especiais, revisão  
1662 periódica das seguranças de barragem, quer dizer, quando ela se  
1663 enquadra aí, a encrenca é grande, porque precisa realmente de uma  
1664 empresa, praticamente, para fazer todos esses procedimentos. Nós  
1665 temos, ainda, o licenciamento, que eu posso dizer que nos 20 anos que  
1666 eu tenho tatuado no sistema de gerenciamento de recursos hídricos do  
1667 Distrito Federal, novos barramentos eu não lembro de um que tenha  
1668 sido aprovado pelo sistema de licenciamento. Por vezes, a gente até  
1669 concede uma outorga prévia, algo do tipo, mas não avança, e cai toda  
1670 vez nessas discussões, utilidade pública, interesse social e baixo  
1671 impacto ambiental. Mais uma vez lembrando que nossos rios são  
1672 pequenos, estamos em região de nascente, tem sempre alguém na  
1673 área abaixo, o preço da terra aqui no DF é altíssimo, mas cai nessa



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1674 discussão, aquela discussão de sempre: irrigação, produção de  
1675 alimento, é utilidade pública? Vai ter gente que vai dizer que sim, vai ter  
1676 gente que vai dizer que não. Acho que nem compensa muito a gente  
1677 levantar essa discussão aqui, porque vai falar: “Ah, mas é pra uma  
1678 pessoa, um usuário, um produtor”. Nós já tivemos um projeto aqui  
1679 dentro da Bacia do Rio Preto, não sei se alguém acompanhou isso por  
1680 aí, de 27 barragens na Bacia do Rio Preto dentro do Distrito Federal. É  
1681 um projeto que depois teve problema de corrupção e tal, e foi morto,  
1682 mas também era um projeto em que não tinha uma análise  
1683 benefício/custo de cada um dos empreendimentos, não tinha um  
1684 estudo hidrológico aprofundado de cada um dos empreendimentos,  
1685 então a coisa ainda fica mais complicada, mas é só para dizer que tem  
1686 sido difícil conseguir a licença ambiental para barramentos aqui no DF.  
1687 O que a gente tem feito mais é, de fato, regularizar, tentar regularizar  
1688 os barramentos já existentes. Essa articulação entre outorga e  
1689 licenciamento, que também é um pouco diferente do que acontece aí,  
1690 vocês têm um processo quase que conjunto, aqui não. Cada um cuida  
1691 do seu e a gente tem uma regrinha para saber como acontece entre a  
1692 ADASA e o IBRAM, então eu traduzi isso que está dito no texto. É isso,  
1693 para ter a licença prévia, antes precisa ter a outorga prévia, mesma  
1694 coisa para licença de instalação. Nos casos em que a instalação  
1695 implica em alguma alteração significativa no corpo hídrico, você precisa  
1696 ter a outorga de direito de uso para ter a licença de instalação. E para  
1697 ter a licença de operação, só depois que tiver as duas outorgas. Aqui  
1698 funciona assim, a ADASA cuida da outorga e o IBRAM, que é o órgão  
1699 gestor de meio ambiente, cuida das licenças. E aí vem aquela  
1700 pergunta: o quanto isso tem prejudicado o setor? Esse processo todo.  
1701 E vejam só, esse é o avanço da área irrigada no Distrito Federal só por  
1702 pivô central. A cor ela diz em que ano que entrou em funcionamento,  
1703 foi um trabalho que a gente fez ainda na EMBRAPA. Aquela é a curva  
1704 de crescimento da área irrigada e do número de pivôs, e esse  
1705 representa um crescimento de 5,8% a.a. Quem dera nossa economia  
1706 crescesse a 5,8% a.a. É um crescimento muito grande, nós temos uma  
1707 concentração de área irrigada enorme, em uma área que vocês estão  
1708 vendo as nascentes dos rios, e vocês conhecem o tamanho do DF. E  
1709 isso não é um fenômeno que acontece só no DF. E aí trago de novo o  
1710 *slide* do Pruski falando quanto irrigar, quando irrigar, que é uma  
1711 discussão antiga que a gente vem fazendo há 50 anos, estudando isso  
1712 nos estudos de irrigação, mas o onde irrigar é importante, e aí você  
1713 tem um *zoom* da nossa região, e esse é um mapa que a gente fez na  
1714 EMBRAPA em 2007, com base em 2002, com a área irrigada por pivô-



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1715 central em todo o cerrado, vejam ali os números, e esse foi o avanço  
1716 em 10 anos, que é o mesmo mapa em 2013, e essa área em vermelho  
1717 é onde aumentou a área irrigada por pivô-central, e vejam que nossa  
1718 região se destaca, o noroeste de Minas e nós no Distrito Federal, esse  
1719 bolinho que tem aí no meio é uma loucura para todos nós em termos  
1720 de gestão de recursos hídricos, e é impressionante como a irrigação  
1721 chama mais irrigação. Aqui no DF, também naqueles gráficos, e eu já  
1722 tenho o dado mais atual até para inserir naquele gráfico, os pivôs estão  
1723 diminuindo de área, mas o pessoal está tentando colocar o pivô em  
1724 tudo quanto é lugar onde consegue colocar. Ou pivô ou outro método  
1725 de irrigação. A média do cerrado é de 5,2% a.a. de crescimento da  
1726 área irrigada, só por pivô-central, sem falar das outras. Isso aqui é o  
1727 mapa de outorgas e registros nossos aqui no DF, tudo que a gente tem  
1728 cadastrado nas nossas bases de dados. Não sei se vocês estão  
1729 conseguindo ver, os triângulos são as barragens com outorga, então  
1730 das 300 barragens que temos, muitas delas são micro, são pequenas,  
1731 e a gente está vindo regularizando das maiores para as menores, ou  
1732 das com maior risco de acontecer alguma coisa para as menores.  
1733 Esses triângulos são as barragens, temos a outorga de 103 barragens,  
1734 e estamos caminhando para buscar essas outras também para colocar  
1735 todo mundo dentro do sistema. Nós já desconsideramos as nossas  
1736 análises, mas elas não estão ainda com sua regularização feita por  
1737 completo, e uma das dificuldades é aquela história do empreendedor,  
1738 dizer para o cara que essa barragem é sua, então você precisa fazer  
1739 esse tipo de coisa, essa é uma das dificuldades. Só para vocês terem  
1740 uma ideia, essas são só as outorgas e registros para irrigação dentro  
1741 do Distrito Federal, e a gente tem 9444 outorgas e registros e isso há  
1742 três, quatro meses atrás, isso a gente costuma atualizar de três em três  
1743 meses. Esse é nosso mapa de outorga e registros, e do total nós temos  
1744 46% para irrigação. Lembrando que no DF nós já temos em 50, 60  
1745 anos de existência, 3 milhões de pessoas, o que representa um  
1746 crescimento anual de 50 mil pessoas por ano, só para vocês terem  
1747 uma ideia de qual o nosso cenário, já trazido de forma mais teórica na  
1748 apresentação do Pruski. E nós também temos um mapa  
1749 atualizadíssimo da área irrigada não só por pivô-central, mas por outros  
1750 métodos no DF, e pasmem: no Distrito Federal estamos com 34 mil  
1751 hectares irrigados. A gente antes de fazer esse mapa, o número que a  
1752 gente usava era 25 mil, 15 mil de irrigação por pivô-central, que essa a  
1753 gente conhece bem há muito tempo, que era fácil de mapear e um  
1754 monte de gente andou mapeando, inclusive eu, mas aí a gente colocou  
1755 pessoas para trabalharem também com as outras áreas irrigadas,



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

1756 então hoje nós temos esse mapa de áreas irrigadas do Distrito Federal.  
1757 Nós também temos, até comentei com o Ricardo ontem, nós também  
1758 temos o mapeamento das áreas irrigadas nas casas aqui do DF, e  
1759 também pasmem: mais de dois mil hectares irrigados de jardim dentro  
1760 do Distrito Federal, só que eu não coloquei nesse mapa para não dar  
1761 muita confusão, porque depois nós vamos ver de que forma nós vamos  
1762 atacar esse uso dentro da área urbana, porque há, com certeza, poços  
1763 irregulares, coisas do gênero que mantém isso, porque pagar água  
1764 tratada para fazer esse tipo de uso realmente fica caro. A gente checou  
1765 o mapa de irrigação com o cadastro de outorga, e hoje nós temos um  
1766 mapa de áreas outorgadas e áreas ainda não outorgadas no Distrito  
1767 Federal. A notícia que é razoável é que a gente tem em torno de 77%,  
1768 78% da área irrigada está outorgada. Por pivô-central é quase 100%,  
1769 mas essas outras áreas menores nós vamos atrás, só não fomos ainda  
1770 porque esse mapa ficou pronto durante a pandemia, mas hoje a gente  
1771 tem esse mapa com endereço, telefone, contato, tudo mais, de cada  
1772 uma das propriedades que estão fazendo uso irregular da água. Me  
1773 pediram para falar um pouquinho disso, essas bacias em vermelho são  
1774 bacias com conflito aqui no DF, e essas com voltinhas amarelas são as  
1775 bacias em que a gente já faz a alocação negociada de água. A gente  
1776 tem Resolução para tratar da alocação negociada. O que a gente faz,  
1777 essa linha vermelha é a linha de vazão que a gente pode outorgar, a  
1778 vazão outorgável. A linha azul, como o Pruski chegou a comentar, é a  
1779 demanda de água dentro da bacia. Tem lugar que elas estão muito  
1780 próximas, e quando vem um ano muito seco, a vazão outorgável cai  
1781 demais e nós temos que arrumar isso, arrumar a demanda diante da  
1782 oferta e isso a gente tem feito com muito êxito, com uma grande  
1783 participação também da EMATER e os próprios produtores têm pedido  
1784 isso pra gente, a cultura vai se modificando com o tempo e vem sendo  
1785 importante. Claro que alguns vem perdendo dinheiro, alguns têm que  
1786 modificar a cultura, tem acontecido esse tipo de prejuízo, mas é algo  
1787 que a gente está buscando cada vez mais um planejamento anterior,  
1788 assim que termina a chuva a gente já começa a lançar mão dessas  
1789 iniciativas. A participação tem sido muito grande, isso são produtores  
1790 com a gente, em discussão, e um dos casos que acho que vocês estão  
1791 implementando ou já tem implementado em algum canto do noroeste  
1792 mineiro mesmo, os sistemas de monitoramento via satélite, então nós  
1793 já temos dentro da Bacia do Rio Preto um sistema com 70 pivôs que  
1794 são monitorados em tempo real. Inicialmente era uma demanda de  
1795 segurança para saber se estava tendo roubos dos painéis, mas depois  
1796 isso acabou virando uma baita de uma ferramenta de gestão de





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1797 recursos hídricos e os conflitos foram minimizados ao extremo. Nós  
1798 temos os 70 pivôs monitorados dentro da Bacia do Rio Preto. Esses  
1799 dados ficam disponíveis tanto para os produtores quanto para a gente,  
1800 em tempo real no aplicativo. A gente está evoluindo para marcos  
1801 regulatórios em que, assim que termina o período chuvoso, a gente  
1802 estabelece se faltar água como vai ser essa falta d'água, que aí os  
1803 produtores podem se planejar também e a gente também fica com uma  
1804 ferramenta, como a gente também faz a regulação do setor de  
1805 saneamento, a gente também fica com uma ferramenta importante na  
1806 mão para cobrar da CAESB medidas para aumentar a oferta de água  
1807 na região. Nós também lançamos mão, depois da crise, de uma  
1808 Resolução que eu acho que vocês têm em Minas Gerais também, aí  
1809 em Minas eu acho que o limite para cobrança de um sistema de  
1810 monitoramento das vazões captadas eu acho que é 10L/s e aqui são  
1811 5L/s. A gente fez toda uma análise, de todas as nossas outorgas,  
1812 buscando uma otimização de recurso. Com esse valor a gente cobre  
1813 até 80% das vazões outorgadas, e pega menos de 20% dos usuários.  
1814 A gente está transformando isso, numa parceria com ANA, em  
1815 aplicativos para que a gente possa receber esses dados no nosso  
1816 banco de dados e gerar um sistema inteligente de gestão. A gente  
1817 podia resolver parte dessa demanda com barragens? Poderia. Existe a  
1818 demanda? Existe. Os produtores querem? Querem. Cada um quer o  
1819 seu barramento, e isso não vai dar certo, como o Pruski já falou. Eu  
1820 que trabalhei na ANEEL, é um estudo amplo, de bacia hidrográfica,  
1821 onde você tem que avaliar realmente quem são os beneficiários, e  
1822 quando você fizer esse estudo mais amplo, você pode identificar  
1823 pontos que consigam vencer essas limitações ambientais que pedem  
1824 uma importância social e econômica desse tipo de empreendimento, e  
1825 com isso a gente consegue vencer algumas barreiras. A gente está  
1826 tentando fazer um projeto piloto de barramento aqui dentro do DF,  
1827 acompanhado de cabo a rabo, mas ainda está no campo da ideia, e já  
1828 faz um tempo que está no campo da ideia, porque tem algumas  
1829 barreiras que a gente ainda não conseguiu vencer. Dizendo que toda  
1830 experiência de gestão do DF, toda, não, toda a que foi vivenciada  
1831 durante a crise hídrica, porque depois da crise hídrica, a crise hídrica  
1832 nos deixou um legado muito grande, e com isso a gente conseguiu  
1833 avançar demais na gestão dos recursos hídricos aqui no DF, mas aí  
1834 mostra 21 estratégias utilizadas para gestão dos recursos hídricos,  
1835 entre elas a parte de infraestrutura também. E é isso, a gente fica à  
1836 disposição para os questionamentos, para as perguntas naquilo que  
1837 nos couber, e mais uma vez agradeço demais à vocês pelo convite, é



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1838 sempre uma honra participar, e a tarde estarei participando também de  
1839 outro evento que envolve Minas Gerais, que é numa aula que vai ter  
1840 num curso que está sendo feito pela ANA e pela UNESCO para o  
1841 Comitê da Bacia do Rio Doce, então a tarde estarei falando muito mais  
1842 de gestão de recursos hídricos e gestão de conflitos do que  
1843 especificamente de barramentos, mas é isso, gente. Obrigado.”  
1844 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, doutor Jorge.  
1845 Nós agradecemos a sua apresentação, e eu queria antes de mais nada  
1846 registrar a presença aqui na nossa sala do Diretor-Geral do IGAM,  
1847 doutor Marcelo da Fonseca, do Diretor de Planejamento do IGAM,  
1848 Gérson Araújo Filho, e mais uma vez registrar também o nosso colega  
1849 representante do IEF, o Diretor César Araújo. Acho que nós podemos  
1850 nesses últimos instantes acompanhar os esclarecimentos tanto do  
1851 professor Pruski quanto do doutor Jorge, em Brasília, que fez um  
1852 paralelo com a realidade do DF que está aqui, é nosso vizinho aqui na  
1853 nossa região. Professor Fernando fez uma explanação bastante  
1854 criteriosa, esclarecedora a respeito dos benefícios, dos barramentos e  
1855 de como eles devem ser tratados em função das medidas que  
1856 precisam ser implementadas junto com a autorização dessas  
1857 estruturas, sejam de recursos hídricos ou de flora, com a presença de  
1858 medidas compensatórias, medidas mitigadoras, enfim, acho que  
1859 permeia e passa por aquilo que a gente busca dentro de um órgão  
1860 ambiental, que é a preservação do meio ambiente com  
1861 desenvolvimento sustentável. Muito obrigado, mais uma vez, ao doutor  
1862 Jorge, ao professor Fernando Pruski. Nós vamos passar agora ao  
1863 momento de perguntas e debate sobre o tema, e lembramos mais uma  
1864 vez que as perguntas poderão ser feitas diretamente no *chat* que se  
1865 encontra na lateral da página para aqueles que estão assistindo pelo  
1866 *YouTube*, e os participantes da sala do *Zoom* farão diretamente no *chat*  
1867 da sala. Lembrando também, mais uma vez, que aqueles que desejam  
1868 certificados, a gente solicita que respondam o formulário cujo *link* está  
1869 logo abaixo da tela no *YouTube*. Vou solicitar ao Bruno aqui nesse  
1870 momento para inserir na tela o *link* para os certificados. Estou sendo  
1871 informado que o *link* já está inserido. Me chegou aqui, até o presente  
1872 momento, duas perguntas, endereçadas ao professor Pruski. Uma vem  
1873 de Ana Paula Melo: “Professor Pruski, no monitoramento, a vazão  
1874 média da sessão i já não é a menor devido aos usos a montante? E  
1875 dela, deduzindo as outorgadas, não há possibilidade de dedução de  
1876 duas vezes?” Essa é a pergunta direcionada ao professor Pruski.”  
1877 Fernando Pruski, UFRB: “Em primeiro lugar, muito importante a  
1878 pergunta, e realmente, dentro da hidrologia, a gente trabalha com



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1879 cenários, isso fica bem claro, de cenários observados no passado para  
1880 predição, para projeções futuras. Então existe uma série de testes que  
1881 são feitos relacionados à estacionariedade das séries, aspectos que  
1882 são muito importantes de serem considerados. Agora, quando se está  
1883 falando do monitoramento, é importante, quando a gente monitora  
1884 alguma coisa, a gente tem que monitorar com base em uma  
1885 determinada referência. Eu vou monitorar o meu tempo de  
1886 deslocamento de um local ao outro com base em uma referência  
1887 anterior. Então, para que se proceda o monitoramento, se tem que ter  
1888 exatamente essa referência, e essa referência é que vem de estudos  
1889 prévios de regionalização de vazões. Por que eu falo de regionalização  
1890 de vazões? Porque o puro e simples conhecimento das vazões  
1891 naqueles locais onde são feitas as medições, torna restrito, torna  
1892 inexecutável o desenvolvimento de um plano de gestão de recursos  
1893 hídricos. Veja bem, quando eu estiver fazendo o monitoramento dos  
1894 recursos hídricos, eu devo estar comparando esses valores com uma  
1895 base de referência estimada previamente para as vazões mínimas,  
1896 vamos nos ater mais aqui às vazões mínimas e médias, para verificar  
1897 se as condições que estão sendo monitoradas estão em conformidade  
1898 com aquelas vazões previamente estabelecidas. Se eu tenho, por  
1899 exemplo, esse estudo de quantificação da Q7,10 ao longo de toda a  
1900 hidrografia, qual é o valor que iria me indicar uma não conformidade  
1901 quando da realização do monitoramento? Uma condição em que eu  
1902 tivesse, na hidrografia, uma vazão medida, uma vazão monitorada,  
1903 inferior ao 70% da Q7,10, porque o que acontece, que fique bem clara:  
1904 a vazão remanescente deve ser representada por uma retirada que  
1905 não comprometa uma vazão residual correspondente aos 50% da  
1906 Q7,10. Nesse caso não seria computado duas vezes, poderia até  
1907 ocorrer esse risco se, no estudo de regionalização de vazões, não  
1908 tivesse esse tipo de cuidado de fazer essa aferição, mas não no  
1909 monitoramento.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok,  
1910 professor Fernando, chegou aqui para mim mais duas perguntas, uma  
1911 ainda direcionada ao senhor, ao Fernando, e uma outra direcionada ao  
1912 doutor Jorge. Eu vou passar agora a pergunta ainda com o professor  
1913 Fernando, é uma pergunta que vem de Marcos Guimarães, pastor  
1914 Marcos Guimarães, provavelmente ele é de Paracatu, e ele indaga o  
1915 seguinte: “Professor Fernando Pruski, na sua visão, em relação ao  
1916 município de Paracatu, qual seria a melhor solução para resolver a falta  
1917 de água? A COPASA deveria construir um piscinão ou um barramento  
1918 de regularização?” Eu não sei se o senhor sabe, eu vou me permitir  
1919 informar, realmente o nosso município aqui do noroeste de Minas,



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1920 Paracatu, passou, sobretudo no ano de 2015, 2016, foi um ano de  
1921 chuvas bastante escassas aqui na nossa região e a concessionária de  
1922 água teve problema realmente para fornecimento, e aí surgem as  
1923 ideias e as possibilidades para resolução do programa, então o nosso  
1924 telespectador aqui, pastor Marcos Guimarães, pergunta ao senhor qual  
1925 seria a melhor solução: fazemos um piscinão ou fazemos um  
1926 barramento de regularização lá?” Fernando Pruski, UFRB: “Eu  
1927 agradeço imensamente essa pergunta do pastor Marcos, porque ela é  
1928 um indicativo do que a gente procurou discutir, apresentar e deixar  
1929 como mensagem ao longo de toda a apresentação. Não existe uma  
1930 solução pré-estabelecida em função de um conhecimento maior das  
1931 condições locais. É como uma pessoa dizer: “Não, eu estou com uma  
1932 forte dor de cabeça, persistente, já começou a disseminar para outras  
1933 regiões, e agora, o que eu faço, eu tomo uma Aspirina ou vou no  
1934 médico para fazer um exame mais detalhado?” Então o que acontece,  
1935 isso é válido para todas as áreas de conhecimento. A rigor, se precisa  
1936 ter essas informações, e que informações são essas, são as  
1937 informações relacionadas à variação das vazões ao longo do tempo,  
1938 representadas pelo hidrograma, se precisa ter a frequência de  
1939 ocorrência desse tipo de evento, se precisa ter as demandas  
1940 existentes, e aí que eu quero esclarecer: as diferenças são muito  
1941 grandes entre os piscinões e os barramentos propriamente ditos.  
1942 Porque no piscinão, o próprio critério para concessão de outorga está  
1943 baseado na vazão mínima. O piscinão sem a flexibilização do critério  
1944 anual para o sazonal, o potencial de uso do piscinão é inexpressivo,  
1945 sobretudo para segmentos como o de abastecimento humano em que  
1946 eu não tenha muita variação sazonal das vazões. Para esses  
1947 segmentos em que a demanda também é mais ou menos contínua ao  
1948 longo do tempo, e o uso do critério é da vazão mínima anual, a  
1949 potencialidade de uso dos piscinões, atendendo à legislação, é mínima.  
1950 Quando se trabalha com o critério sazonal, em relação às vazões a  
1951 serem outorgadas, e também se tem essa variação sazonal na questão  
1952 do segmento usuário, mais especificamente a irrigação, eu aumento  
1953 muito, mas a vazão que pode ser concedida para outorga vai ser a  
1954 Q7,10, ou seja, 50% da Q7,10 do mês, menos a vazão remanescente,  
1955 então eu só tenho esse adicional que é atribuído, mas a minha gestão  
1956 vai ser a fio d’água, as minhas condições serão à fio d’água, sem  
1957 nenhum tipo de barramento. Qual é a grande vantagem? Vou causar  
1958 menos intervenção na hidrografia. Agora, quando eu utilizo um  
1959 barramento dentro do contexto mais conhecido, mais convencional, ou  
1960 seja, um barramento in stream, a minha potencialidade de aumento da





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1961 disponibilidade hídrica cresce bastante. O meu potencial de  
1962 aproveitamento de volume de água aumenta bastante, mas aqueles  
1963 impactos advindos das interferências diretas na hidrografia também  
1964 crescem. Então tudo vai depender da proporção do déficit existente.  
1965 Essa análise é imprescindível para uma resposta mais consistente em  
1966 relação à melhor solução, são os nossos exames, é o nosso  
1967 conhecimento de causa para procurar dar o medicamento correto.”  
1968 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Eu vi ali, o doutor Jorge  
1969 levantou a mão, fique à vontade, Jorge.” Jorge Werneck, ADASA-DF:  
1970 “Só complementando, porque isso tudo nos remete à análise de risco,  
1971 porque dependendo de qual uso tem um determinado risco. Lembrando  
1972 que a outorga sempre tem risco, porque a gente trabalha com dado  
1973 estatístico, então ela não é feita para ser atendida 100%, e tem outra  
1974 discussão que a gente está fazendo muito, em nível nacional,  
1975 internacional, se fala muito em resiliência, mas muitas vezes as  
1976 pessoas não discutem tão bem qual o preço da resiliência, e  
1977 obviamente isso volta para a análise de risco: qual risco estou disposto  
1978 a correr, e qual preço estou disposto a pagar para ter riscos mais perto  
1979 de zero, porque risco zero não vai existir nunca, então traz algumas  
1980 reflexões super importantes, e como bem disse o Pruski, cada caso é  
1981 um caso, cada situação, cada trecho de rio, cada usuário, então essa  
1982 que é a beleza do nosso trabalho, ficar gerando metodologia e técnicas  
1983 para que a gente possa minimizar o risco a um preço justo.” Fernando  
1984 Pruski, UFRB: “É importante, Jorge, em hidrologia não se tem certeza,  
1985 se tem menores níveis de risco, se trabalha com maiores níveis de  
1986 probabilidade, menores níveis de risco, mas certeza a gente não tem  
1987 na hidrologia.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado,  
1988 doutor Jorge, pelo complementando à resposta da pergunta de Marcos  
1989 Guimarães, e agora chegou aqui para mim duas perguntas dirigidas ao  
1990 senhor, doutor Jorge, eu vou me permitir fazê-las junto que o senhor  
1991 pode desenvolver da forma que fica mais adequada. Uma pergunta  
1992 vem do Antônio Pessoa, ele diz que não entendeu bem quanto à  
1993 cobrança da taxa de uso de água, é uma questão nova que vem,  
1994 inclusive, está se discutindo em Minas Gerais como é que isso será  
1995 procedimentado, então é relativa à cobrança da taxa de uso da água. E  
1996 a Maria Divina Graça Fonseca, doutor Jorge, ela faz uma indagação  
1997 com relação à receptividade dos usuários quanto ao monitoramento  
1998 telemétrico.” Jorge Werneck, ADASA-DF: “Não, beleza, a primeira  
1999 pergunta eu não sei se entendi muito bem, porque quando falei de  
2000 preço aqui, falei de gente que estava utilizando água da CAESB, que é  
2001 água tratada, e água cara, para irrigar ou para encher piscina. E por



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2002 isso, muitas vezes, as pessoas, gente é um bicho complicado, às vezes  
2003 fura um poço sem a devida, porque onde tem abastecimento da  
2004 CAESB também há uma proibição de utilização de outras fontes, a não  
2005 ser que tenha algumas condicionantes, como uma área muito grande,  
2006 aí se autoriza a perfuração de um poço, alguma coisa do gênero, então  
2007 é isso. Em relação à cobrança da água, em Minas vocês estão, acho,  
2008 mais avançados que a gente, o nosso está no conselho de recursos  
2009 hídricos e nós vamos passar a cobrar provavelmente daqui um ano, um  
2010 ano e pouco, está previsto inclusive na nossa pró-gestão lá com a  
2011 ANA, então já foi submetido, já foi aprovado o mecanismo e o valor, só  
2012 falta a gente passar agora passar para implementação. Já é feito nos  
2013 rios federais, nós somos grandes parceiros de Minas nas discussões  
2014 de São Marcos, estamos agora com um marco regulatório que está em  
2015 audiência pública, tem no Paranaíba grandes parceiros, estamos  
2016 sempre juntos lá no comitê do Paranaíba, então essa questão de  
2017 cobrança é por aí. Então eu não sei se respondi à pergunta. E o  
2018 segundo, foi muito bom ter me perguntado isso, porque a iniciativa veio  
2019 dos produtores rurais, os produtores rurais que fizeram o sistema de  
2020 monitoramento por satélite, porque a gente já vinha avançando com a  
2021 locação negociada, mas às vezes um queria saber se o outro estava  
2022 respeitando, e isso criou um ambiente que é até emocionante para  
2023 quem trabalha com gestão de recursos hídricos contar essa história,  
2024 porque hoje, como cada um tem uma rede dentro do próprio aplicativo  
2025 e uma lista de *WhatsApp*, eles se comunicam, então se hoje é meu dia  
2026 de irrigar e quebrou meu pivô, tombou, tem algum problema, eu preciso  
2027 fazer alguma manutenção, eu coloco lá na lista: “Alguém pode trocar  
2028 comigo hoje?” porque aí o cara irriga, mas eles começaram a fazer  
2029 uma coisa que alguns não gostam muito do termo, até porque existe  
2030 um órgão gestor de recursos hídricos, mas eu não vejo problema  
2031 nenhum nele, que é uma auto-gestão, então a gente da ADASA  
2032 acompanha tudo, tudo é homologado junto à ADASA, como órgão  
2033 gestor, e a gente monitora a régua na ponta em tempo real, então se  
2034 eles estiverem respeitando as vazões mínimas que têm que ser  
2035 respeitadas, e eles fazem esse tipo de combinação entre eles, não tem  
2036 problema nenhuma. Acabaram os conflitos, acabaram as reclamações,  
2037 cada um sabe o que o vizinho está fazendo, e são 70 pivôs, mais ou  
2038 menos 40 usuários, e por um preço razoável, eles pagam acho que R\$  
2039 2.500,00 para implementar em cada ponto e gastam R\$ 500,00 mais  
2040 ou menos de manutenção do sistema, do *software* e tudo mais, por  
2041 mês, por ponto. É um custo que a gente está falando de pivô central,  
2042 está falando de um investimento alto e que gera renda, se não fosse



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2043 bom não crescia naquelas taxas que mostrei inicialmente. Só pivô, sem  
2044 falar nas outras, então realmente é uma experiência a ser replicada e  
2045 eu acho que é o futuro, e com base nessa experiência, nós fizemos  
2046 nossa resolução do monitoramento, a gente não está exigindo  
2047 telemetria, pode ser que em alguns casos maiores a gente exija, mas a  
2048 gente não está exigindo telemetria, mas é isso, tendo bom  
2049 monitoramento, nós temos aqui no DF a rede mais densa do Brasil,  
2050 com certeza, nós temos um número de instalações grandes para o  
2051 nosso território, é grande o número de estação, então a densidade de  
2052 estação, monitoramento, a gente monitora toda esse território de UH,  
2053 que é nossa unidade hidrográfica de gestão, e um detalhe: a gente  
2054 conhece todo mundo, a gente conhece tudo, porque é pequeno. O DF  
2055 realmente a gente quer, a gente trabalha, para que seja modelo e ajude  
2056 outros também a implementar isso, obviamente onde é necessário.  
2057 Tem lugar que não adianta, montar comitê de bacia onde não tem  
2058 conflito, por exemplo, não adianta. Então é por aí, é isso. Presidente  
2059 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok, doutor Jorge, muito obrigado. De  
2060 fato, é interessante quando a iniciativa privada toma as rédeas da  
2061 gestão e vê isso como uma coisa positiva até para crescimento e  
2062 garantia e sustentabilidade da atividade deles próprios, afinal de contas  
2063 eles são os usuários, obrigado pela explanação.” Jorge Werneck,  
2064 ADASA-DF: “Eu me lembro, Ricardo, só um comentário rápido, quando  
2065 a gente começou a discutir cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio  
2066 Preto. O pessoal queria bater na gente, a minha sorte é que sou  
2067 grande, então menos, mas era complicado, e hoje em dia os  
2068 produtores querem, a gente conseguiu fazer um trabalho até em  
2069 conjunto com o CBH Paranaíba muito importante de tubulação de um  
2070 grande canal de irrigação que nós temos aqui no DF que competia com  
2071 água para abastecimento de 250 mil pessoas, e aí quando você vê o  
2072 sistema funcionando, faltam argumentos de quem é contra, mas a  
2073 gente, nós, inclusive, temos que fazer com que o sistema funcione e  
2074 funcione adequadamente. Pagamento pelo uso da água, plano de  
2075 bacia, é recurso retornando para a bacia para ações que melhorem a  
2076 vida de quem está pagando. Às vezes não vai ser o meu caso, mas vai  
2077 ser o caso que para a bacia vai gerar um benefício grande para mais  
2078 pessoas, é um sistema condominial, então é muito bacana esses  
2079 depoimentos e iniciativas, realmente nos empolgam, nós que estamos  
2080 há tanto tempo nesse sistema.” Presidente Ricardo Rodrigues de  
2081 Carvalho: “É verdade, a gente tem alguns exemplos aqui também, de  
2082 fato quando a coisa chega nesse nível de gestão compartilhada que  
2083 você consegue visualizar isso, realmente é incrível. Eu vou passar a



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

2084 palavra ao nosso Diretor-Geral do Instituto de Gestão de Águas,  
2085 Marcelo da Fonseca, para fazer o uso da palavra. Marcelo, a palavra  
2086 está com você.” Marcelo Fonseca, IGAM: “Boa tarde a todos, estava  
2087 aqui acompanhando nos bastidores as excelentes palestras do  
2088 professor Pruski e do Jorge, colega da ADASA. Gostaria de agradecer  
2089 imensamente a dedicação e o tempo que dedicou para fazer essa  
2090 explanação para nós. Excelentes reflexões, acho que são questões  
2091 importantíssimas que nós precisamos incorporar na gestão das águas  
2092 de Minas. Não sei te falar exatamente qual a média de audiência  
2093 desses eventos, mas tenho observado que durante todo o evento só no  
2094 *YouTube* a gente está com mais de 60 pessoas acompanhando essa  
2095 discussão, mostrando a relevância do tema para a região, então mais  
2096 uma vez agradecer a disponibilidade de vocês e colocar a gente aqui, o  
2097 IGAM, a disposição de toda a sociedade do noroeste, onde a gente já  
2098 tem um trabalho muito próximo com a Associação de Irrigantes, vi no  
2099 *chat* alguns comentários, algumas pessoas conhecidas que já militam  
2100 nessa questão de reservação de água, e o estado está se organizando,  
2101 o IGAM, o IEF, a SEAPA e outros atores para desenvolver uma política  
2102 de reservação de água em Minas Gerais para superar alguns dos  
2103 desafios que nós temos aqui para essa efetiva implementação, e é  
2104 sempre bom ouvir essas experiências, a experiência do Distrito Federal  
2105 e esse conhecimento técnico que o professor Pruski traz e nos  
2106 demonstra que é uma solução viável, nós precisamos sim ter cuidado  
2107 quanto a avaliação dessas estruturas, muito importante o tema  
2108 abordado pelo Jorge sobre a segurança dessas estruturas, nós temos  
2109 agora uma política nacional de segurança de barragens que traz  
2110 responsabilidade ao órgão gestor, mas principalmente aos  
2111 empreendedores, os donos dessas estruturas que têm que  
2112 implementar uma política para garantir a segurança dessas estruturas.  
2113 Era isso, mais uma vez agradecer pela participação, pela audiência de  
2114 todos os Conselheiros da URC e também pelo público em geral que  
2115 tem acompanhado pelo *YouTube*. O IGAM permanece à disposição de  
2116 vocês.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado a você,  
2117 Marcelo, pela participação, a gente da mesma forma está com o canal  
2118 aberto, qualquer manifestação que você queria realizar até o final da  
2119 reunião, o canal estará disponível.” Ricardo Henrique Cottini, SEMAD:  
2120 “Ricardo, a nossa Superintendente está dando sinal, ela gostaria de  
2121 falar.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Sim, Fernanda,  
2122 perdão, eu de fato não vi aqui. A palavra está com você, doutora.”  
2123 Fernanda Carla Vasconcellos, SEMAD: “É só porque o Marcelo  
2124 colocou qual seria o pico, então, Marcelo, pode ficar tranquilo, os





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2125 nossos palestrantes deram um *show*. Chegamos a pico de 109 no  
2126 *YouTube* em pleno horário de almoço. O pessoal com fome, mas o  
2127 tema é muito cativante, importante, os palestrantes de primeiro nível,  
2128 então só para colocar o registro, fora o Conselheiro nas salas que nós  
2129 estamos, só para certificar que é um documento que também ficará  
2130 disponível para que as pessoas visualizem em outras oportunidades. É  
2131 só que ele mencionou, só que a gente teve uma quebra que o pessoal  
2132 já deve estar se ausentando, mas a gente teve durante todo o processo  
2133 uma audiência muito grande, eu gostaria de agradecer e só comentar  
2134 com o doutor Jorge e o professor Fernando. Muito obrigada.” Ricardo  
2135 Henrique Cottini, SEMAD: “O César do IEF ele não mencionou, não sei  
2136 se ele gostaria de falar. César, se estiver nos ouvindo, quiser se  
2137 manifestar.” César Araújo, IEF: “Boa tarde a todos. Não, não há  
2138 necessidade, eu estou aqui mesmo caso algum questionamento que  
2139 envolva o Instituto Nacional de Florestas eu estou de prontidão para  
2140 auxiliar na resposta.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok,  
2141 obrigado, havendo qualquer questionamento a gente imediatamente  
2142 passa a palavra a você. As perguntas não chegaram, eu acho que com  
2143 isso a gente parte para o encerramento do nosso Diálogos com o  
2144 SISEMA. Eu quero agradecer a presença de todos, eu quero agradecer  
2145 em nome do SISEMA, profundamente a disponibilidade do doutor  
2146 Jorge e do Pruski, dizer que a Superintendência do Noroeste e a  
2147 SEMAD como um todo está aberta a qualquer questionamento ou  
2148 necessidade e obrigado pela atenção, pelos ensinamentos e até uma  
2149 próxima.” Jorge Werneck, ADASA-DF: “Seu microfone está desligado,  
2150 então eu vou aproveitar. Gostaria de agradecer demais pelo convite, é  
2151 sempre um prazer. Eu já tive em Paracatu discutindo sobre isso. Fiquei  
2152 até surpreso que não surgiram perguntas sobre as Veredas, mas não  
2153 dá mais tempo, fica para a próxima, mas enfim, a gente está sempre à  
2154 disposição e Minas Gerais sempre foi grande parceiro. Gostaria que  
2155 mandem um abraço muito forte para a Marília, que é uma grande  
2156 parceira e grande amiga de longa data, tem trabalhado junto conosco  
2157 em muitas frentes, e agora o Marcelo chegando, seja bem-vindo à  
2158 Diretoria Geral, e estamos sempre à disposição aqui no Distrito Federal  
2159 para que a gente possa trabalhar em conjunto, em equipe, em prol dos  
2160 recursos hídricos, não só da nossa região, mas do Brasil como um  
2161 todo. Forte abraço. E queria mandar um abraço também para a Viviane  
2162 Brandão, da ANA, acho que o Athadeu da CODEVASF também já  
2163 passou por aqui, são grandes amigos, parceiros também, um forte  
2164 abraço a todos.” Fernando Pruski, UFRB: “Eu também gostaria de  
2165 agradecer pela oportunidade, pela confiança, dizer da grande



2166 satisfação de falar sobre uma temática que realmente, como todos os  
2167 segmentos, tem os seus prós, tem os seus contras, e o grande desafio  
2168 da pesquisa e da sociedade como um todo é justamente compatibilizar  
2169 e otimizar a relação dos benefícios, dos inúmeros benefícios dos  
2170 reservatórios de regularização com os seus impactos, de tal forma a  
2171 oferecer à sociedade as melhores alternativas tentando sempre mitigar  
2172 os impactos ao meio ambiente. De tal forma que a gente entende que é  
2173 um passo muito importante, se aprendeu bastante, até pelas  
2174 informações que foram repassadas por todos, em especial pelo colega  
2175 Jorge, e que se precisa ampliar esse fórum de discussão no sentido de  
2176 se evitar, o que é muito frequente no país, essa questão indesejável da  
2177 generalização. Então cada situação é uma situação, estamos aí, no  
2178 exemplo de uma situação toda atípica, e se a gente for generalizar o  
2179 uso do medicamento que funcionou para uma situação, para as outras,  
2180 seguramente não vamos obter êxito e aí é que se precisa o  
2181 conhecimento e embasamento para tomar a melhor decisão, levando  
2182 em conta todos os fatores do processo. Muito obrigado, e a gente fica à  
2183 disposição dentro desse cenário e dessa linha de pensamento.  
2184 Obrigado, boa tarde a todos.” Presidente Ricardo Rodrigues de  
2185 Carvalho: “Obrigado, professor Pruski, mais uma vez, obrigado doutor  
2186 Jorge, e continuamos a nossa reunião com os Conselheiros da nossa  
2187 URC Noroeste, e uma ótima tarde a todos. Vamos dar continuidade à  
2188 nossa reunião, só para enfatizar aos senhores, a gente tem agora  
2189 apenas o item 8, que é uma apresentação que vai ser feita pelo Mauro,  
2190 da Assessoria de Gestão Regional, na sequência a gente faz o  
2191 julgamento do item 9.1, é apenas um processo, e, por fim, senhores  
2192 Conselheiros, a gente apenas aprova aqui o calendário das reuniões  
2193 para 2021.” **8 AS UNIDADES REGIONAIS COLEGIADAS (URCS) E A**  
2194 **POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL REGIONALIZADA.**  
2195 **APRESENTAÇÃO: SEMAD.** Presidente Ricardo Rodrigues de  
2196 Carvalho: “Nesse momento, para falar sobre as URCs e a política  
2197 pública ambiental regionalizada, passo a palavra ao Mauro, da ASGER.  
2198 Mauro, a palavra está com você.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER:  
2199 “Obrigado. Estão me ouvindo? Todos ouvindo? Vou cumprimentar a  
2200 todos, Conselheiros e membros da sociedade civil, servidores, na  
2201 pessoa do Ricardo, Presidente da reunião da URC hoje. Agradeço, eu  
2202 vou pedir um pouco de paciência, dado o adiantado da hora, e essa  
2203 apresentação é feita para durar uma hora, mas vou tentar fazer em um  
2204 terço desse tempo. Os Conselheiros já receberam ou estão por receber  
2205 um documento escrito, então a ideia dessa nossa apresentação é  
2206 justamente poder fazer um encadeamento lógico para entenderem,



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2207 para não se assustarem, mas o grande propósito nosso é desenvolver  
2208 um trabalho para formar uma agenda ambiental para a região noroeste.  
2209 Vocês estão me ouvindo? Ricardo, pode me dar um *feedback*?  
2210 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Perfeitamente, Mauro,  
2211 estamos ouvindo perfeitamente.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER:  
2212 “Perfeito, gente, então eu agradeço. Só fazer uma breve consideração  
2213 aqui, já que são novos Conselheiros, espero que estejam sendo bem  
2214 acolhidos no SISEMA e desejo a todos o cumprimento do mandato,  
2215 que se possa promover a proteção e melhoria da qualidade ambiental  
2216 para a região noroeste de Minas Gerais. Vamos lá, então vou ser bem  
2217 rápido, vou só no essencial. Primeiro, a gente sempre apresenta essa  
2218 questão, hoje a gente viu uma apresentação do Diálogos com o  
2219 SISEMA. Antes, existia em 2007, um ciclo de palestras que se  
2220 chamava (ÁUDIO RUIM). E o primeiro tema escolhido para a primeira  
2221 palestra inaugural foi justamente política pública ambiental, dada a  
2222 relevância do tema. Nessa ocasião participou Rudá Ricci, que é um  
2223 renomado sociólogo, e também Telma Menicucci, que é da Fundação  
2224 João Pinheiro e professora na UFMG. Só para vocês terem essa  
2225 noção, o Rudá Ricci coloca logo essa questão da educação, porque a  
2226 educação está imbricado, é um conceito imbricado com cidadania,  
2227 porque sem educação, sem o exercício de cidadania, não existe uma  
2228 possibilidade de se fazer uma construção e reconstrução de políticas  
2229 públicas, então é necessária a participação de todos os segmentos da  
2230 sociedade, inclusive a Telma coloca, é importante, o melhor  
2231 mecanismo é a gestão participativa. Vocês podem perceber que a  
2232 própria composição da URC atende segmentos de órgãos públicos, da  
2233 sociedade civil, de ONGs, e isso que é importante ouvir cada pessoa,  
2234 cada segmento da sociedade. Competências das URCs, os senhores  
2235 Conselheiros já conhecem, já tomaram conhecimento, entre elas, uma  
2236 das principais é justamente a questão de formulação e implantação de  
2237 políticas públicas. Ela pode se fazer em três eixos, um eixo normativo,  
2238 estabelecimento de normas secundárias, observando as  
2239 especificidades na região, então por exemplo, um licenciamento pode  
2240 ser, os Conselheiros, existe essa competência de instituir normas  
2241 complementares, um requisito complementar para se dar concessão de  
2242 licença para determinados tipos de atividades, um exemplo. Outro eixo  
2243 seria a questão de arranjos institucionais, seja com entidades de direito  
2244 público ou privadas para convergir esforços para se fazer políticas  
2245 públicas integradas, a questão da sinergia, e existe também a  
2246 possibilidade de se trabalhar a política pública de forma propositiva, a  
2247 partir de estudos dos diagnósticos ou aqueles que são apresentados



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2248 para o próprio conselho de URC, para dali ele fazer deliberações,  
2249 ações programáticas, estratégicas, e o monitoramento da  
2250 implementação dessas ações. Ao se falar em políticas públicas, não só  
2251 ambientais, é necessário ter em mente que precisa-se, inclusive para  
2252 conseguir apoio e recursos financeiros para implementação de políticas  
2253 públicas, importantíssimo que os Conselheiros tenham conhecimento  
2254 como está o pensamento do estado, quais os planos e ações  
2255 estratégicas do estado, e eles são desenvolvidos através do PMDI, que  
2256 é um documento importante que faz uma programação de longo prazo,  
2257 e nele está como anexo os diagnósticos setoriais, é importante ter uma  
2258 leitura de como está o diagnóstico setorial na parte de meio ambiente,  
2259 na parte de agricultura, e dali há possibilidade de se formar um  
2260 entendimento que vai ajudar na formulação das políticas públicas. Além  
2261 da PMDI, o PPAG, que na verdade é buscar a programação dos  
2262 primeiros quatro anos para o PMDI, de implementação, o que vai ser  
2263 avançado no PMDI nos primeiros quatro anos, e, por fim, também  
2264 temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que ela é anual, ela vai se  
2265 fazendo ajuste de acordo com o avançar das ações e metas  
2266 estratégicas do estado. Nós também no SISEMA temos o mapa do  
2267 caminho, que ele se estrutura em quatro pilares: lá embaixo está  
2268 aprendizagem e conhecimento, voltado tanto para pessoas quanto para  
2269 organização; temos os processos internos que são desenvolvidos pelas  
2270 quatro casas; temos um pilar de estratégias para abordagem dos  
2271 diferentes públicos-alvo, empreendedores, governo, cidadão e  
2272 entidades representativas, e em cima nós temos o principal, todos os  
2273 esforços que estão nos três pilares anteriores são justamente para se  
2274 promover a melhoria da qualidade e sustentabilidade ambiental em  
2275 Minas Gerais. Como que se executa essas ações? Então existe como  
2276 desenvolver os macroprocessos finalísticos, estratégias e políticas  
2277 ambientais é onde o COPAM e os órgãos colegiados como a URC  
2278 participam junto com os dirigentes de cada casa. O outro pilar aqui de  
2279 macroprocesso finalístico é conservação, preservação e recuperação  
2280 dos recursos naturais, que são desenvolvidos de acordo com a agenda  
2281 de cada uma das casas, e temos o terceiro que é pesquisa,  
2282 desenvolvimento e inovação, que na verdade é uma convergência de  
2283 contribuição de todas as casas, então por exemplo, nós temos a revista  
2284 mineira de recursos hídricos, encabeçada pelo IGAM, que é de  
2285 produção científica, e temos outras fórmulas de inovação, como por  
2286 exemplo o desenvolvimento dos sistemas de licenciamento ambiental  
2287 digital. E claro, junto com esses processos finalísticos, nós temos a  
2288 atividade meio, que sem ela não há possibilidade de rodar os





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2289 processos finalísticos, então estão ali os macroprocessos finalísticos de  
2290 suporte. Como que os senhores Conselheiros poderiam trabalhar as  
2291 políticas públicas? Onde eu consulto, onde vou partir? O próprio  
2292 SISEMA já tem desenvolvidas algumas ferramentas onde os senhores  
2293 podem ler e tomar conhecimento. Os senhores vão ter acesso pelo  
2294 documento que a gente está encaminhando no *Word*, nele estão os  
2295 *links* para cada uma dessas ferramentas. Ali é possível os senhores  
2296 acessarem e lerem. Chamo atenção para a primeira, IDE/SISEMA, que  
2297 é uma ferramenta interativa, se partem do mapa de Minas, então são  
2298 mais de 100 camadas, então vocês podem consultar de todos os  
2299 assuntos relacionados ao meio ambiente com indicadores, isso é  
2300 importante ao se pensar a formulação da política pública ambiental.  
2301 Também uma outra forma de contribuição de políticas públicas é  
2302 abraçar ações já em curso no SISEMA. A Subsecretaria de Gestão  
2303 Ambiental ela destacou uma diretoria para reunir, fazer um banco de  
2304 todos os projetos em desenvolvimento no SISEMA. Tão logo seja  
2305 concluído isso, vai facilitar bastante aos senhores terem um ponto só  
2306 dentro do SISEMA onde podem acessar os projetos e ver o que é  
2307 pertinente para a região, ou está sendo desenvolvido na região ou está  
2308 tendo sucesso em outra região e pode ser replicada na região  
2309 noroeste. Em relação a esses projetos, existe a possibilidade dos  
2310 senhores auxiliarem buscando captação de recursos, é um desafio,  
2311 mas às vezes existe essa possibilidade dentro dos órgãos que os  
2312 senhores têm vínculo profissional ou bom relacionamento. Tem a  
2313 possibilidade também de estar ajudando, engajando junto com a  
2314 comunidade, os principais atores, os *stakeholders*, para buscar esse  
2315 apoio na participação e a divulgação também dos projetos e ações do  
2316 SISEMA dentro da região de atuação, cada um está mais localizado  
2317 em uma determinada microrregião da região noroeste pode fazer esse  
2318 trabalho de divulgação e com isso fazendo engajamento de pessoas  
2319 para ajudar. ASGER, não me apresentei para não alongar no início,  
2320 mas a ASGER trabalha em três frentes, e uma das frentes da ASGER  
2321 é justamente desenvolver ferramentas para apoio e outras formas de  
2322 atuação para dar apoio à implementação de políticas ambientais  
2323 regionalizadas. Nosso núcleo de estratégias regionais tem esse papel.  
2324 Como A ASGER tem feito: até o momento ela vinha desenvolvendo  
2325 ferramentas para ajudar os senhores. Já temos o IRA, que em breve  
2326 explicação como funciona: a gente faz todo um trabalho a partir da  
2327 concatenação do banco de dados da fiscalização com a da  
2328 regularização e a gente busca aqueles empreendimentos que foram  
2329 fiscalizados e autuados se buscarem regularização posteriormente.



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2330 Com isso a gente faz uma identificação de localização, onde estão.  
2331 Nós fazemos um acompanhamento, um monitoramento, se está  
2332 havendo progresso e onde está tendo progresso dentro da região e  
2333 onde há necessidade de uma atenção maior, isso para se desenvolver,  
2334 não é apenas a intensificação de fiscalização nessas regiões que são  
2335 mais críticas, e sim desenvolver, como os senhores acabaram de ver,  
2336 uma atuação da área de educação ambiental do SISEMA, por exemplo,  
2337 podemos fazer *workshops*, enfim, mobilizar as pessoas envolvidas  
2338 nesse processo para conduzi-las a se fazer a utilização dos bens  
2339 ambientais de forma correta. Só para exemplificação, nós temos aqui  
2340 na região noroeste o resultado do levantamento e do licenciamento  
2341 entre 2016 e 2019, onde observam-se as manchas de concentração de  
2342 onde está tendo maior irregularidade, pessoas estão desempenhando  
2343 atividades sem o licenciamento ambiental que era necessário. Outros  
2344 projetos estão em curso, eu estou bem engajado nesse processo do  
2345 desenvolvimento do IRA Hídrico, já estamos em fase de conclusão, e  
2346 nele é o mesmo raciocínio, ao invés de pensar em licenciamento, a  
2347 gente pega a questão da regularização do uso do recurso hídrico, se os  
2348 empreendimentos estão fazendo, os que foram fiscalizados se eles  
2349 buscam depois a regularização, qual tempo médio de resposta, uma  
2350 gama de indicadores que devem ser levados em conta quando se for  
2351 pensar em fazer uma política pública ambiental regionalizada em  
2352 relação à questão da IRA. Temos também o Projeto Efetividade de  
2353 Política Autodeclaratória, porque o licenciamento ambiental digital  
2354 agora tem uma modalidade que chama LAS Cadastro, na qual parte-se  
2355 todas as informações do próprio empreendedor e é claro que está  
2356 sujeito à fiscalização, então nós estamos fazendo uma análise de como  
2357 está sendo desenvolvido, porque o LAS Cadastro é que tem a maior  
2358 quantidade, os empreendimentos estão sendo licenciados a maior  
2359 parte pelo LAS Cadastro, então isso requer atenção especial para ver,  
2360 não estamos pensando aqui em má fé de empreendedor, de forma  
2361 alguma, mas às vezes eles mesmos estão trabalhando de forma  
2362 equivocada e a gente tem que fazer o enquadramento correto do  
2363 licenciamento. Temos um outro projeto que inclusive já tem recursos  
2364 previstos, a verba do fundo estadual de defesa dos direitos difusos,  
2365 então é algo que se pode pensar em trazer essa propositura de  
2366 políticas públicas ambientais para a região dos senhores que esteja  
2367 dentro desse espectro que já está definido para se fazer um projeto,  
2368 uma implementação da política pública. Temos uma outra fórmula, a  
2369 ASGER também tem feito uma contribuição que os senhores poderão  
2370 utilizar, que é o painel de monitoramento da ASGER, onde existem



2371 vários indicadores, os senhores poderão navegar de forma amigável  
2372 para ver entradas e saídas de processos por cada SUPRAM e podendo  
2373 fazer um comparativo, ver o que está funcionando, porque uma tem o  
2374 desempenho melhor, o que pode ser melhorado em relação à noroeste  
2375 ou vice-versa, e, por fim, eu fui bem rápido, bem sucinto, nós estamos  
2376 agora propondo aos senhores, depois que se faça a leitura do material  
2377 que a gente está encaminhando por *Word*, todos os acessos aos links  
2378 que acharem conveniente, responderem ao questionário que está na  
2379 nuvem, no *Google*, está o *link* aqui, não precisam se preocupar em  
2380 anotar porque no documento escrito também está ele, e esse vai ser o  
2381 nosso pontapé inicial, a partir desse questionário nós vamos fazer o  
2382 tratamento, uma análise do que é viável e não é, o que teve mais  
2383 decorrência de propostas do conjunto de Conselheiros para podermos  
2384 desenvolver, formar uma agenda e depois dessa agenda ambiental nós  
2385 começamos a traçar um plano para fazer a formulação e  
2386 implementação dessas políticas públicas. É só isso que tenho para  
2387 apresentar hoje, agradeço a palavra, Ricardo, e me ponho à  
2388 disposição.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado,  
2389 Mauro, pela apresentação. A gente sabe que o adiantado da hora  
2390 pede, às vezes, uma maior brevidade.” **9. PROCESSO**  
2391 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO**  
2392 **INDEFERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL.** Presidente  
2393 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Vamos em frente com nosso item 9.  
2394 Item 9.1 Josino Guimarães - Lagoa Grande/MG - PA/Nº  
2395 11030000001/19 - Supressão de vegetação nativa com destoca - Área  
2396 requerida: 62,5741 ha - Área passível de aprovação: 0,0000 ha -  
2397 Fitofisionomia: cerrado - Estágio de regeneração: não foi possível  
2398 identificar. Apresentação: IEF URFBio NOR. A gente, como esse  
2399 processo é do município de Lagoa Grande, agora com a nova divisão  
2400 administrativa, o IEF responsável pelo município de Lagoa Grande  
2401 passa a ser o IEF da nossa regional de Patos de Minas, os nossos  
2402 colegas, a Viviane, a técnica analista do processo, se encontra na sala,  
2403 e o Fred também, que é nosso Supervisor Regional, também encontra-  
2404 se presente na sala. Antes de colocar ao crivo dos senhores  
2405 Conselheiros para verificar se tem algum destaque ou não, para a  
2406 gente passar à votação, nós temos uma inscrição do senhor Ronaldo  
2407 Andrade Zaoli. Senhor Ronaldo se inscreveu para esse item. A gente  
2408 agora dentro daquela dinâmica que já estamos acostumando, apesar  
2409 de ser nossa primeira reunião, a gente aguarda um minuto o senhor  
2410 Ronaldo ser admitido na sala e poder participar das discussões, fazer a  
2411 manifestação a respeito do item. Senhor Ronaldo, a gente está



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

2412 aguardando. Pedindo à assessoria para verificar se o senhor Ronaldo  
2413 ainda vai fazer o uso da palavra e fazer a manifestação. Bom, senhores  
2414 Conselheiros, estou recebendo a informação que o senhor Ronaldo  
2415 não atende no contato deixado na ficha de inscrição, e não sendo  
2416 possível também encontrá-lo via *WhatsApp*, então dessa forma eu  
2417 indago. Ediene, nossa Conselheira da FAEMG, fez alguma  
2418 manifestação? Pois não, Ediene.” Conselheira Ediene Luiz Alves: “Ao  
2419 analisar, eu dei uma lida no parecer do IEF e também no recurso  
2420 apresentado pelo empreendedor, eu tive algumas dúvidas, porque o  
2421 empreendedor faz várias observações às alegações, então eu gostaria  
2422 de ter vistas desse processo para dar uma analisada com mais  
2423 propriedade para eu dar meu parecer nesse processo.” Presidente  
2424 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Pois não, Ediene. É prerrogativa do  
2425 Conselheiro o requerimento de vista, eu acho que ele está  
2426 devidamente justificado, então eu baixo o processo em diligência e  
2427 abro vista do processo à FAEMG. Alguém mais com vista em conjunto,  
2428 eu faço a indagação ao conselho.” Conselheiro Álvaro de Moura  
2429 Goulart: “Também, eu também faço coro junto à Ediene, estou junto aí,  
2430 Ediene.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Então vista em  
2431 conjunto, SEAPA e FAEMG. Indago se mais alguém quer se  
2432 manifestar, algum requerimento também de participar da vista?”  
2433 Assessora Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Só para fazer uma  
2434 retificação: o processo será retirado de pauta para vistas dos  
2435 Conselheiros, da SEAPA e da FAEMG, e não baixar diligência, só para  
2436 fazer essa retificação, porque o senhor falou baixar em diligência.  
2437 Obrigada.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Perdão, Vânia,  
2438 obrigado pela correção, então processo retirado de pauta para vista do  
2439 Conselheiro da SEAPA e da FAEMG, em conjunto.” **10. Proposta de**  
2440 **agenda anual das reuniões da Unidade Regional Colegiada**  
2441 **Noroeste de Minas do COPAM, para o ano de 2021. Apresentação:**  
2442 **Supram NOR.** Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Vamos  
2443 passar então ao nosso item 10, o item 10 a gente, vamos só discutir a  
2444 proposta de agenda anual das reuniões da URC NOR para o ano de  
2445 2021. Senhores Conselheiros, as datas previstas e sugeridas pela  
2446 SUPRAM Noroeste encontram-se nessa planilha para visualização dos  
2447 senhores, se houver alguma manifestação, eu aguardo a manifestação  
2448 do conselho em relação a qualquer dúvida em relação às datas, a  
2449 gente procurou dividir essas reuniões de forma equilibrada durante o  
2450 ano para que nós tivéssemos pautas com maior objetividade, com  
2451 maior aproveitamento, nós optamos pelos meses 3, 6, 9 e 12, sempre  
2452 respeitando questão de feriados nacionais, feriados municipais da





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

2453 nossa microrregião de Unaí, então eu coloco em votação a proposta de  
2454 agenda das reuniões URC Noroeste.” Conselheiro Álvaro de Moura  
2455 Goulart: “Só para eu conferir, eu estou vendo aqui o calendário, as  
2456 nossas reuniões anteriormente eram na quinta-feira, parece que aí vai  
2457 cair numa quarta-feira, 18/03, é quarta ou é quinta?” Presidente  
2458 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Se não me falha, a gente tentou  
2459 manter todas as quintas-feiras.” Conselheiro Álvaro de Moura Goulart:  
2460 “Dessa forma, eu agradeço. É porque olhei no calendário aqui e  
2461 identifiquei na quarta, mas quinta-feira é muito bom.” Presidente  
2462 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Sempre às quintas-feiras, e com o  
2463 horário às 13h30, após o almoço, naquele horário nosso já tradicional  
2464 que a gente fez uma pequena inversão dessa vez em função do  
2465 Diálogos com o SISEMA, a gente tinha essa peculiaridade hoje das  
2466 apresentações, em função até da disponibilidade dos nossos  
2467 palestrantes a gente passou para às 10h, mas as reuniões a partir do  
2468 ano que vem, a princípio ainda nesse mesmo modelo, eu espero que o  
2469 ano que vem a gente esteja já logo na primeira reunião com a vacina  
2470 para essa pandemia já encaminhada e que a gente não tenha que  
2471 discutir sobre esse problema no ano que vem, e a gente pode, talvez,  
2472 quem sabe, voltar com as nossas reuniões de forma natural que é  
2473 presencial, provavelmente na Câmara Municipal. Creio que sem mais  
2474 nenhuma manifestação...” Conselheiro Antônio Marcos de Freitas:  
2475 “Essa última reunião de 16/12, eu queria sugerir, e vai depender dos  
2476 outros Conselheiros, para ver se passa pelo menos uma semana dela,  
2477 porque como eu trabalho em órgão público, essa semana do 16  
2478 normalmente é muito atribulada pra gente, a gente está encerrando o  
2479 nosso ano fiscal, então é uma semana muito complicada. Se houver a  
2480 possibilidade, senão a gente vê o que faz.” Presidente Ricardo  
2481 Rodrigues de Carvalho: “Obrigado pela manifestação. Essa questão da  
2482 última reunião do mês de dezembro a gente sabe que sim, é um mês  
2483 mais encurtado em função do feriado de natal, mas a outra opção seria  
2484 no dia 9 e a princípio a gente tinha pensado no dia 9, mas me parece  
2485 que no dia 8 de dezembro é feriado em Unaí, por isso a opção de  
2486 colocar no dia 16. Vou lembrar aos senhores que essas datas, lógico,  
2487 são datas sugeridas e ficam já no nosso calendário para realização das  
2488 reuniões no ano que vem, mas nada impede que por um fato ou outro a  
2489 gente possa com a antecedência necessária, dentro do prazo  
2490 regimental, fazer alteração das datas, viu Antônio? Mas foi bem  
2491 observado. Eu verifiquei isso, que estava relativamente próximo ao  
2492 natal, mas em função da semana anterior ter feriado, a gente optou por  
2493 manter, a princípio, no dia 16.” Conselheiro Antônio Marcos de Freitas:



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

2494 “Realmente dia 8 é feriado em Unaí, agora que me lembrei também.”  
2495 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Isso, foi em função desse  
2496 feriado, Antônio. Penso que com isso, a gente encerra a discussão a  
2497 respeito do calendário e ficam essas datas aprovadas para realização  
2498 das reuniões no ano de 2021. Senhores Conselheiros, mais uma vez  
2499 eu agradeço a atenção de todos, eu acho que essa primeira reunião do  
2500 ano de 2020 foi envolvida por uma série de desafios que a gente com  
2501 certeza superou, nós conseguimos conduzir a reunião, votar o  
2502 processo, apesar de ter sido apenas um processo aqui, o processo foi  
2503 retirado de pauta por pedido de vista, mas a gente teve uma boa  
2504 condução, acho que todos puderam aproveitar as palestras que foram  
2505 proferidas e espero que em breve a gente possa se reencontrar.”  
2506 Assessora Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Ricardo, só mais uma  
2507 intervenção pequenininha, só para a gente concluir na publicação da  
2508 decisão que houve aprovação da agenda anual, por favor. Obrigada.”  
2509 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Tá, vamos colocar em  
2510 votação o calendário para o ano de 2021, a gente coloca também  
2511 naquela mesma dinâmica, com a apresentação da planilha e a gente  
2512 vai fazer o chamamento da entidade de forma individualizada. Como  
2513 vota SEAPA, Álvaro?” Conselheiro Álvaro de Moura Goulart: “Voto  
2514 favorável.” Como vota SEDE, Benigno. Benigno estava presente, agora  
2515 não se manifestou, vamos em frente aqui e depois voltamos para  
2516 confirmar a presença...” Conselheiro Benigno Antônio Oliva Santos:  
2517 “Favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “SEDE,  
2518 favorável. Como vota IDENE, Geraldo? Geraldo ausente. Como vota  
2519 SEINFRA?” Conselheiro Hélio da Silva Mota: Favorável”. Presidente  
2520 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Como vota EPAMIG, Renato.  
2521 EPAMIG? EPAMIG ausente. Como vota IMA?” Conselheiro Antônio  
2522 Marcos de Freitas: “Vota favorável”. Presidente Ricardo Rodrigues de  
2523 Carvalho: “Como vota PMMG? Tenente Marcos Paulo?” Conselheiro 2º  
2524 Tenente Marcos Paulo Dias: “Favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues  
2525 de Carvalho: “Como vota CREA-MG?” Conselheiro Luiz Mendes  
2526 Soares: “Favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho:  
2527 “Como vota Ministério Público?” Conselheiro Atháide Francisco Peres:  
2528 “Encaminhamento do Ministério Público favorável, uma boa tarde a  
2529 todos os colegas, honra ter participado da proveitosa reunião, muito  
2530 obrigado aos colegas do SISEMA e aos ouvintes.” Presidente Ricardo  
2531 Rodrigues de Carvalho: “Obrigado pela participação e sua presença,  
2532 sinal de prestígio para a gente. Como vota a Prefeitura de Unaí, Cátia  
2533 Rocha?” Conselheira Cátia Regina de Freitas Rocha: “Voto favorável.”  
2534 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Cátia. Como



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2535 vota a FIEMG, Helberth.” Conselheiro Helberth Henrique Raman: “Boa  
2536 tarde. Voto favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho:  
2537 “FAEMG, como vota?” Conselheira Ediene Luiz Alves: “Meu voto é  
2538 favorável, obrigada pela participação.” Presidente Ricardo Rodrigues  
2539 de Carvalho: “FEDERAMINAS, como vota?” Conselheira Vanessa  
2540 Miriany Alves Luiz: “Favorável e obrigada pela participação”. Presidente  
2541 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Vanessa. Obrigado você  
2542 pela participação. Como vota SIAMIG? Perdão, a gente não conseguiu  
2543 escutar, é FEDERAMINAS que está se manifestando, Vanessa?”  
2544 Conselheira Vanessa Miriany Alves Luiz: “Eliana e Vanessa.”  
2545 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ah, a suplente da  
2546 FEDERAMINAS. Apenas a manifestação de uma das senhoras é  
2547 suficiente. Obrigado às Conselheiras da FEDERAMINAS. A SIAMIG,  
2548 como vota? Adaiane SIAMIG está ausente. Funatura também ausente  
2549 e a AMLPPN também encontra-se ausente, e a AAMA também. Então  
2550 vamos para a próxima entidade, FACISA, como vota FACISA,  
2551 Wender?” Conselheiro Wender Antônio de Oliveira: “Favorável.”  
2552 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, a próxima é  
2553 UNIMONTES, como vota Luiz? Luiz ausente, e, por fim, OAB, como  
2554 vota OAB-MG?” Conselheiro Rafael Lopes Napp: “Favorável, senhor  
2555 Presidente.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado,  
2556 Rafael. Com isso, Conselheiros, a gente encerra a nossa reunião de  
2557 hoje com a aprovação dos itens necessários. Indago se alguém mais  
2558 quer fazer a última manifestação, está à disposição, a palavra está  
2559 aberta.” Conselheiro Álvaro de Moura Goulart: “Somente para  
2560 agradecer a oportunidade de estar participando da reunião, dar boas-  
2561 vindas aos Conselheiros e parabenizar a organização da SUPRAM e a  
2562 condução democrática do Ricardo e muito obrigado a todos.”  
2563 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Álvaro, obrigado  
2564 pelas suas palavras e pela sua manifestação.” Assessora Vânia  
2565 Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Ricardo, parabenizar pela condução na  
2566 reunião, parabenizar os Conselheiros da URC NOR pela posse no dia  
2567 de hoje para esse mandato, que ele seja muito profícuo, tenho certeza  
2568 que o meio ambiente só tem a ganhar com essa nova composição, e  
2569 pedir aos Conselheiros que cadastrem lá no nosso canal,  
2570 acompanhem, que ativem o sininho para que eles possam receber as  
2571 notificações das reuniões do Conselho Estadual de Política Ambiental e  
2572 também do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Ao ativarem a  
2573 notificação e o sininho, todas as vezes que estivermos com uma  
2574 reunião no *YouTube* eles vão receber uma notificação e vão poder  
2575 acompanhar em tempo real. Muito obrigada e boa tarde a todos.”



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

**Secretaria Executiva**

2576 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado a você, Vânia,  
2577 pela organização, por todo o apoio que a ASSOC conferiu à SUPRAM  
2578 Noroeste para realização do evento. Então, senhores, muito obrigado,  
2579 tenham uma boa tarde.”